



COMPROMISSO COM A EFICIÊNCIA

Gestão do Desembargador
Ricardo de Oliveira Paes Barreto

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022|2024





CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022|2024

COMPROMISSO COM A EFICIÊNCIA

Gestão do Desembargador
Ricardo de Oliveira Paes Barreto





RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

FREDERICO DE MORAIS TOMPSON (02/2022 a 08/2023)
BRENO DUARTE RIBEIRO DE OLIVEIRA (08/2023 a 10/2023)
ROBERTO CARNEIRO PEDROSA (11/2023 a 02/2024)
Juiz Assessor Especial da Corregedoria Geral da Justiça

ANDRÉ VICENTE PIRES ROSA (02/2022 a 09/2022)
ROBERTA VIANA JARDIM (09/2022 a 02/2024)
Juiz(a) Assessor(a) Especial da Corregedoria Geral da Justiça

CARLOS DAMIÃO PESSOA COSTA LESSA
Juiz Corregedor Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA
Juiz Corregedor Auxiliar da 1ª Entrância

JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO
Juiz Corregedor Auxiliar da 2ª Entrância

SÔNIA STAMFORD MAGALHÃES MELO
Juíza Corregedora Auxiliar da 3ª Entrância

KARINA ALBUQUERQUE ARAGÃO DE AMORIM (02/2022 a 08/2023)
FERNANDA PESSOA CHUAHY DE PAULA (08/2023 a 02/2024)
Juíza Corregedora para o Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais

ANNA KAROLINA COSTA DE OLIVEIRA
Secretária-Geral da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco

EXPEDIENTE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Jornalista responsável: Rebeka Maciel | Ascom CGJ-PE

Edição e revisão de textos: Rebeka Maciel | Ascom CGJ-PE
Rute Arruda | Ascom CGJ-PE

Projeto gráfico e diagramação: Amanda Torres | Ascom CGJ-PE
Natalie Jesus | Ascom CGJ-PE

Fotos: Assis Lima | Ascom TJPE
Rebeka Maciel | Ascom CGJ-PE
Rute Arruda | Ascom CGJ-PE
K9 Produções
Inova Propaganda
iStock
Cortesias: TJRS, TJBA, TJMS, TJDFT, CNJ

MISSÃO

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), sediada no Recife, é o órgão do Tribunal de Justiça de Pernambuco responsável pela fiscalização, disciplina, controle e orientação dos serviços judiciais do Estado de Pernambuco. Além disso, tem a incumbência de fiscalizar e orientar os cartórios, avaliar o desempenho de juízes(as) em estágio probatório, abrir sindicâncias, instaurar e ultimar processos administrativos.

Atuando através de correições e inspeções, a Corregedoria é, também, essencialmente orientadora, promovendo a prevenção de irregularidades e ilícitos, editando provimentos e respondendo a consulta sobre custas e emolumentos, além de normas sobre a atividade dos cartórios extrajudiciais.

A equipe é comandada pelo corregedor-geral da Justiça e formada pelos(as) juízes(as) auxiliares e servidores(as) especializados(as). As atribuições da Corregedoria Geral de Justiça estão definidas no Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, Lei Complementar Nº 100, de 21 de novembro de 2007, dos artigos 35 ao 43.

ÍNDICE

Palavra do Corregedor-Geral da Justiça de Pernambuco	8
--	---

Apresentação	10
--------------------	----

AGILIDADE E EFICIÊNCIA

CGJ-PE bate metas nacionais no julgamento de procedimentos disciplinares	14
Pernambuco se destaca na primeira edição do Prêmio Corregedoria Ética	15
TJPE investe em inovação e lança App e parceria com Porto Digital com foco na experiência do usuário	17
Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade 2023 contempla 168 unidades judiciárias do Estado	18
Pernambuco emite mais de 2 mil certidões durante Semana Nacional do Registro Civil	21
Corregedoria institui Mutirão de retirada de documentos para vítimas das chuvas	23
Convênio garante emissão gratuita de segundas vias de certidões solicitadas pelo Programa Governo Presente	23
Gestão prioriza destinação adequada de bens apreendidos em procedimentos	24
Leilões são agilizados e arrecadam cerca de R\$ 3 milhões	26
CGJ-PE autoriza acordo de cooperação entre Colégio Notarial e Banco Bradesco	27
Cartórios de Pernambuco começam a realizar conciliação e mediação	28
Corregedoria Geral da Justiça propõe reestruturação de serventias extrajudiciais	29
Mutirões nos Juizados Especiais aceleram processos criminais	30
Centrais de Agilização mudam de endereço e atuam em processos de réus presos, violência doméstica e Meta 2	31
TJPE e PGE celebram convênio para enfrentamento de demandas repetitivas em unidades da Fazenda Pública	32
Projeto da CGJ-PE para contratação de juízes(as) leigos(as) nos Juizados Especiais e Colégios Recursais se torna lei	32
Instrução Normativa regulamenta Programa de Residência Jurídica	33

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Corregedor-geral da Justiça monitora comarcas de todo o Estado	36
Comarcas do Interior do Estado são inspecionadas pela Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância	38
Corregedoria Auxiliar da 2ª Entrância inspeciona unidades da Região Metropolitana, Agreste e Sertão	39
Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância inspeciona 151 unidades judiciárias e administrativas da Capital em 2023	40
Inspeções nos Juizados Especiais buscam alcance de metas do Conselho Nacional de Justiça	41

CGJ-PE e IITB realizam mutirão voltado aos magistrados(as), servidores(as) e terceirizados(as) da Corregedoria	73
Aniversários da CGJ-PE durante gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto reuniram autoridades e servidores(as)	74
Mais de 100 personalidades, órgãos e instituições recebem homenagens	76
Mais de mil inspeções são realizadas nas serventias extrajudiciais no biênio em Pernambuco	42
Assessorias Técnica e Especial auxiliam no desenvolvimento de atividades da CGJ-PE	43
Metas e inconsistências de dados são monitoradas pela Auditoria de Inspeção	45
CGJ-PE institui plantão judiciário nos feriados, fins de semana e recessos	46
Portaria dispõe sobre divulgação de Pedidos de Providências e Processos Administrativos Disciplinares contra servidores(as)	47
Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco atua em quatro semanas de autoinspeção	48
Assessoria de Tecnologia da Corregedoria aprimora Sistema de Controle da Arrecadação das Serventias Extrajudiciais	49
Corregedoria cria plataforma exclusiva para relatório de atividades docentes de magistrados e magistradas	49

ORIENTAÇÃO E SUPORTE

CGJ em Ação reduz inconsistências de dados no Estado	52
Encontros Regionais com foco em Planejamento e Eficiência	54
CGJ cria sistema para monitoramento de metas e procedimentos	56
Juizados Especiais de Pernambuco concluem conversão dos autos físicos para o PJe	56
Programa Eficiência nos Juizados Especiais: EficiJus visa cumprimento das metas do CNJ	57
Cursos sobre regularização fundiária contam com participação da CGJ-PE	58
Seção de Buscas da Corregedoria atende mais de 5 mil solicitações	59
Corregedoria publica novo Regimento Interno	60
CGJ atualiza Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado	60
Instrução atualiza normas para atuação de oficiais(las) de Justiça	61
Corregedoria expande Central de Mandados nas Comarcas de 2ª Entrância	61
Corregedoria publica recomendação a magistrados sobre prestação pecuniária	62
CGJ-PE determina a serventias adesão à Campanha Sinal Vermelho	62
Diretoria Regional do Agreste ganha novas instalações	63

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Corregedor de Pernambuco participa de cinco edições do Encoge	66
Desembargador Ricardo Paes Barreto toma posse como 2º tesoureiro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça	67
Corregedor-geral recebe representantes de Tribunais de Justiça de todo o país e de diversos órgãos e instituições	68
Fórum Thomaz de Aquino recebe iniciativa do Instituto Banco Vermelho de combate à violência contra mulher	70



DIÁLOGO, ORIENTAÇÃO E SUPORTE PARA UMA GESTÃO MAIS HUMANIZADA

É com sentimento de dever cumprido que encerramos este ciclo de dois anos à frente da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco. Os desafios foram inúmeros, mas os enfrentamos e os superamos com respeito, firmeza, dedicação, coragem e união.

Entendemos que para o Judiciário cumprir sua missão constitucional, a Corregedoria sempre foi uma instituição imprescindível, porque são indispensáveis suas funções: auxiliar magistrados e magistradas, servidores e servidoras a prestar adequadamente a jurisdição, a solucionar corretamente os conflitos que destroem a paz social, assim como fiscalizar a respectiva atuação e punir nos casos em que a sanção se faça necessária.

Assumimos com o compromisso de garantir suporte a quem integra o Judiciário, solidificando a democracia. Assim, conduzimos a Corregedoria com transparência, buscando uma Justiça voltada ao social, preocupada com a construção de um novo Estado, onde os abusos, os excessos e a prepotência fossem objeto de pronta correção.

Realizamos inspeções, mutirões, parcerias e diversas ações com foco no aprimoramento do Judiciário. Elaboramos atos normativos e manuais no intuito de direcionar a atuação de magistrados, magistradas, servidores e servidoras, a fim de

garantir segurança e um caminho comum para todos. Batemos metas, reconhecemos o trabalho de unidades e homenageamos quem contribuiu para a melhoria do serviço público.

Acreditamos que uma gestão moderna precisa ser humanizada e foi o que procuramos implementar, com uma conduta não apenas de cobrança por resultados, mas de diálogo e orientação, no entendimento de que o caminho para a excelência é construído conjuntamente. Sabemos que não é fácil fazer gestão, julgar e atuar diante de tantas demandas, mas esse trabalho é fundamental para tornar o Judiciário mais eficiente.

Queremos destacar nossa eterna gratidão a todos e todas que integraram nossa equipe, que se tornou uma família, e pelas pessoas e instituições que colaboraram para que o trabalho fosse realizado e os resultados alcançados para o bem da população pernambucana.

Que Deus nos abençoe.



Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

APRESENTAÇÃO

Há dois anos, teve início uma nova gestão na Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE). Os números consolidados e as ações realizadas de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2024 são apresentados neste relatório.

O compromisso ético com a Justiça digna, que busca o bem comum, com magistradas e magistrados, servidoras e servidores trabalhando e decidindo de forma mais plural e concentrados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária foi assumido pelo corregedor-geral, desembargador Ricardo Paes Barreto, em seu discurso de posse. Para isso, a CGJ garantiu orientação e suporte.

Unidades judiciárias e extrajudiciais, da Capital ao Interior, foram constantemente monitoradas, com acompanhamento das atividades, taxa de congestionamento e análise de inconsistências nos dados. O trabalho resultou na melhoria da produtividade e alcance das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, com o reconhecimento de Pernambuco pelos projetos realizados.

As serventias extrajudiciais foram alvo da Corregedoria, que, na busca por aprimoramento, lançou o Novo Código de Normas do Extrajudicial e elaborou um projeto para a reestruturação dos cartórios de Pernambuco. Várias unidades foram inspecionadas, havendo atuação direta da CGJ em algumas serventias, com foco na melhoria da prestação do serviço para a população.

Ferramentas digitais foram lançadas para aperfeiçoar a gestão do Judiciário. O Sistema ADMetas, que apresenta o andamento de procedimentos em tramitação no órgão e compila dados sobre as

metas e diretrizes definidas pela Corregedoria Nacional de Justiça; e a ferramenta Docente Jus, criada exclusivamente para a inclusão e produção de relatório de atividades de docência de magistradas e magistrados. Ambas foram criadas pela Assessoria de Tecnologia da Informação da CGJ.

Também foi instituído o plantão judiciário da Corregedoria durante feriados, fins de semana, nos períodos de recesso e nos dias úteis em que o horário do expediente for reduzido. O usuário externo passou a poder realizar sua comunicação por meio do e-mail, contato telefônico e/ou Whatsapp. Os objetos de apreciação não são as matérias próprias de plantão judicial.

A busca pelo avanço do Judiciário estadual envolveu, ainda, a atualização das normas que regem as Centrais de Mandados (Cemandos), assim como o trabalho dos oficiais de Justiça. Uma Instrução Normativa foi elaborada pela Corregedoria incorporando avanços tecnológicos provocados pela pandemia da Covid-19, como a intimação das partes por meio eletrônico e virtual [e-mail, WhatsApp]. Também na atual gestão, as Centrais foram expandidas para 38 Comarcas na 2ª Entrância.

A destinação adequada dos bens apreendidos vinculados a processos foi outra preocupação da gestão, que envidou esforços para atingir os objetivos traçados, garantindo agilização nos procedimentos adotados. Milhares de peças foram doadas a Organizações Não Governamentais para reaproveitamento e uso sustentável. Carteiras escolares, bicicletas, pneus e roupas estão entre os itens que ganharam novos destinos.

Buscando minimizar a desvalorização natural dos veículos apreendidos,

os leilões judiciais estão sendo feitos de forma eletrônica e rápida. Mais de 1000 veículos e sucatas foram leiloados, somando um total de R\$ 2 milhões em valor arrecadado e vinculado aos processos. Todo esse trabalho resultou na desocupação de mais de um imóvel alugado pelo Tribunal para armazenar esses bens.

Nesta gestão, ações sociais também ganharam destaque. Mutirões da Cidadania foram realizados pela Corregedoria com foco na emissão de documentos de vítimas das chuvas em 2022. E, em maio de 2023, Pernambuco garantiu milhares de certidões para a população socialmente vulnerável durante a Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se!, alcançando o primeiro lugar entre os Estados que participaram da ação, promovida pela Corregedoria Nacional de Justiça em todo o País.

Foram solicitadas 2.016 certidões de nascimento e de casamento no Estado. A ação foi coordenada pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco e contou com apoio de diversos órgãos e instituições, como a Arpen-PE e o Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB). Além das certidões, Pernambuco emitiu 455 RGs. No Recife, o Exército Brasileiro realizou 92 atendimentos. A Receita Federal atendeu 50 pessoas. A Defensoria Pública do Estado também esteve presente.

A Corregedoria instituiu o Programa Eficiência nos Juizados Especiais. A iniciativa previu a capacitação de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional, visando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Sob a coordenação do corregedor-geral, foram realizados os Encontros Regionais e o Programa CGJ em Ação, que

reuniram juízas e juizes e chefes de secretaria das unidades judiciárias com o objetivo de realizar treinamento, divulgar boas práticas e tirar dúvidas a respeito das inconsistências de dados nos sistemas processuais PJe e Judwin. Os encontros aconteceram em diversas comarcas do Estado.

As unidades que vêm prestando um serviço de excelência têm, agora, seu trabalho reconhecido através do Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade das Unidades Judiciárias do 1º Grau, criado pela Corregedoria. Varas, Juizados e unidades de apoio direto à atividade judicante que se destacam pela eficiência na gestão cartorária estão sendo agraciados com o objetivo de estimular uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

A atuação institucional foi intensificada pela atual gestão. Reuniões com Corregedorias de todo o País para aprimoramento da atuação correicional foram realizadas; houve publicação de diversos atos normativos para disciplinar a atuação de magistrados, magistradas, servidores e servidoras; divulgação e incentivo para adoção de boas práticas pelas unidades judiciárias e extrajudiciais, com manuais diversos publicados; além de inúmeras parcerias fechadas com órgãos e instituições para melhoria dos serviços, com homenagens concedidas a todos que apoiaram a CGJ ao longo desta gestão.

O trabalho foi intenso, com grandes desafios, inúmeros avanços, trocas de experiência e muitos aprendizados. Analisando e reconhecendo o passado, aperfeiçoando o presente e preparando o futuro da Justiça. Foram dois anos de dedicação à população pernambucana e compromisso com a eficiência do Judiciário estadual.





**AGILIDADE
E EFICIÊNCIA**

CGJ-PE BATE METAS NACIONAIS NO JULGAMENTO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) aprimorou o desempenho e fechou 2023 alcançando 100% das Metas 1, 2 e 3 estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça. No total, mais de 300 procedimentos disciplinares, que são o foco da ação, foram baixados.

Esta é a primeira vez que a CGJ alcança o resultado. A Meta 1 busca baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente. Foram baixados, em 2023, 307 processos, enquanto 300 novos ingressaram no mesmo ano. Os dados foram extraídos da ferramenta ADMetas, da CGJ-PE.

Já a Meta 2 foca na decisão de 100% dos procedimentos disciplinares em curso nas Corregedorias que tenham sido distribuídos até 31/8/2021. Segundo o ADMetas, existiam 46 procedimentos nesta situação. Todos foram julgados.

Por fim, a Meta 3 estabelece que 80% dos procedimentos disciplinares

devem ser decididos no prazo de 140 dias a partir da distribuição. Só em 2023, 256 processos foram distribuídos e julgados no prazo.

O trabalho desenvolvido pelas Assessorias Técnica e Especial da CGJ contou com o suporte das Corregedorias Auxiliares e da Secretaria Geral da CGJ. A iniciativa está alinhada à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

Segundo o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, os resultados demonstram o comprometimento da equipe da Corregedoria com a missão do órgão. “Ao longo dos últimos dois anos, aprimoramos o serviço, criamos o ADMetas, ferramenta para auxiliar na gestão dos processos da Corregedoria, e empreendemos uma série de iniciativas para tornar a prestação jurisdicional mais eficiente. Assim, agora estamos colhendo esses resultados”, avaliou o magistrado.



Pernambuco se destaca na primeira edição do Prêmio Corregedoria Ética

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), em conjunto com a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a Coordenadoria da Mulher do TJPE e a Associação dos Notários e Registradores em Pernambuco (Anoreg/PE) se destacaram em uma das categorias da primeira edição do Prêmio Corregedoria Ética, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento foi realizado no dia 14 de dezembro de 2023, durante o 8º Fórum Nacional das Corregedorias (Fonacor), em Brasília, com a presença da juíza assessora especial da CGJ-PE, Roberta Viana Jardim, representando o corregedor-geral da Justiça do Estado, desembargador Ricardo Paes Barreto.

A premiação reconheceu iniciativas inovadoras, envolvendo as atribuições das Corregedorias, na categoria Boas Práticas, e incentiva o cumprimento das Metas Nacionais e observância das Diretrizes Estratégicas das Corregedorias, na categoria Desempenho. Concorreram as corregedorias gerais de órgãos do Judiciário de todos os segmentos da Justiça, exceto as dos conselhos e dos tribunais superiores.

A CGJ-PE, o TJPE, a Coordenadoria da Mulher e a Anoreg-PE foram destaques na categoria Boas Práticas - Diretriz Estratégica 8,



relativa a informar à Corregedoria Nacional as medidas adotadas para o cumprimento da Recomendação Nº 102/2021 [adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada contra magistradas e servidoras].

No mês de outubro, foi assinado um protocolo de intenções com o objetivo de promover ações de forma conjunta para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A assinatura foi realizada no Salão Nobre do Palácio da Justiça, edifício-sede do Poder Judiciário do Estado, pelo corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto; pelo presidente do TJPE, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo; pela coordenadora da Mulher do TJPE, desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira; e pela presidente da Anoreg/PE, Alda Paes.

A assinatura do protocolo de intenções teve como objetivo a realização de um trabalho preventivo e informativo por meio de materiais disponibilizados para distribuição pela Anoreg/PE aos cartórios associados sobre o projeto “O Silêncio Não Protege”, uma campanha da Coordenadoria da Mulher do TJPE que divulga a rede de serviços de atendimento à mulher em situação de violência. Além disso, o protocolo precede a formalização de futuros convênios, vínculos cooperativos e/ou parcerias.

Em seu discurso durante a solenidade, a coordenadora estadual da Mulher, desembargadora Daisy Andrade, destacou o trabalho que a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco tem realizado por meio de encontros com os representantes das serventias extrajudiciais. “Eu faço um registro especial ao corregedor-geral porque essas conversas com os cartórios aconteceram logo no início da sua gestão. Essa atuação demonstra o compromisso e a união da Corregedoria.

Hoje, nós sedimentamos algo que na prática já vinha acontecendo na CGJ, que é estar junto com a população esclarecendo, porque quando a gente decide fazer essas parcerias é para estabelecer multiportas, isso significa que existem vários locais em que a população, o jurisdicionado, pode obter informações para auxiliar nesse combate da violência contra mulher”, frisou.

O corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, falou sobre o papel desempenhado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPE. “Esse evento é apenas uma extensão, uma ampliação daquilo que nós, com tanto esmero, fazemos em todo o Estado. E eu gostaria de destacar a importância do papel da desembargadora aqui neste Tribunal, se dedicando como uma verdadeira guerreira e que conseguiu elevar a causa da mulher”, frisou. O desembargador ressaltou, ainda, a atuação em conjunto com a Presidência do TJPE e com os cartórios do Estado.

A presidente da Anoreg/PE, Alda Paes, reforçou o papel dos cartórios no combate à violência contra a mulher. “Todos os notários e registradores estão imbuídos em colaborar com essas políticas desenvolvidas pelo TJPE. É de extrema importância o Tribunal também se voltar ao trabalho social e os cartórios estão em todos os lugares do Estado. Nós sabemos que existe toda uma cadeia precisando de apoio e estamos juntos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para levar ao Estado essas políticas de prevenção”, disse.

Para encerrar o evento, o presidente do TJPE falou sobre o êxito do trabalho desempenhado pela Coordenadoria da Mulher em parceria com entidades, como a Anoreg e a Associação dos Registradores de Imóveis de Pernambuco (Aripe). “Nós trabalhamos pelo bem da sociedade. Estamos dando o exemplo a todos os estados da federação. É uma linha de atuação firme e uma parceria exitosa”, finalizou.

TJPE investe em inovação e lança App e parceria com Porto Digital com foco na experiência do usuário



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) lançou um novo aplicativo que vai reunir informações e todos os serviços da Justiça voltados para o público externo. Criado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Judiciário, o TJPE+ busca garantir mais facilidade e acessibilidade para os(as) usuários(as). A iniciativa ganhou uma parceria de peso em inovação: o Porto Digital se integrou ao processo para trazer a experiência do(a) usuário(a) como centro para o desenvolvimento dos serviços que irão integrar a plataforma.

Idealizado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Paes Barreto, o aplicativo é gratuito e está disponível nas lojas virtuais da Apple Store e Google Play. A plataforma conta inicialmente com Consulta Processual e Jurisprudência, que estão entre os serviços mais procurados pela população. Em breve, também será possível entrar em contato com qualquer unidade judiciária do Estado por meio do aplicativo.

O lançamento do app faz parte de uma série de iniciativas promovidas pelo Tribunal com foco na transformação digital da Justiça estadual. O objetivo é tornar o Judiciário mais acessível e simples para que as pessoas possam buscar de forma mais autônoma os seus direitos. Assim, o Porto Digital, que já vem trabalhando em outros projetos do TJPE, foi procurado e vai se integrar ao desenvolvimento desta plataforma, trazendo inovação e foco na experiência do(a) usuário(a).

Outros serviços devem ser disponibilizados na plataforma ainda em 2024, como a possibilidade de registro de queixas nos Juizados Especiais, emissão de certidões, acompanhamento de sessões, andamento de processos, proposta de conciliações, ir informações e todos os serviços da Justiça voltados para o público externo.



PRÊMIO GESTÃO, EFICIÊNCIA E QUALIDADE 2023 CONTEMPLA 168 UNIDADES JUDICIÁRIAS DO ESTADO



PRÊMIO GESTÃO, EFICIÊNCIA E QUALIDADE

**Para 2024, novos critérios foram
definidos a partir de sugestões de
aperfeiçoamento vinculadas ao Prêmio
CNJ de Qualidade**

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco instituiu, em 2023, o Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade. O objetivo é agradecer, anualmente, as unidades judiciárias do 1º Grau que se destacarem na gestão cartorária. Só no ano passado, 168 unidades foram agraciadas. Para 2024, novos critérios foram definidos a partir de sugestões de aperfeiçoamento vinculadas ao Prêmio CNJ de Qualidade, conforme publicado na Portaria Nº 129/2023.

Para fins de apuração, a edição de 2023 contou com a divisão das unidades judiciárias do 1º Grau em 20 grupos, de acordo

com a competência, especificidade e, em alguns casos, pelo quantitativo de casos novos anuais. Os dados analisados foram correspondentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Ao todo, 13 indicadores de desempenho serviram de parâmetro para análise. Foram eles: Casos Pendentes de Baixa Líquido (CpL); Taxa de Congestionamento Líquida (TCL); Tempo Médio de Sentença (TpSent); Tempo Médio de Tramitação dos Casos Pendentes Líquidos (TpCp); Críticos em Secretaria Julgados; Críticos em Gabinete Julgados ou Conclusos para Sentença; Índice de Atendimento à Demanda (IAD); Metas 1, 2, 4, 8, 11 e 12 do Conselho Nacional de Justiça.

O Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade foi dividido nas categorias Selo Diamante - outorgado às unidades judiciárias que atingiram 95% da pontuação máxima em cada indicador -, Selo Ouro - concedido às unidades que atingiram 90% da pontuação máxima -, e Selo Prata - 85%. A pontuação foi calculada de acordo com o máximo que cada unidade poderia alcançar, com base nos indicadores de desempenho específicos de sua competência.

No segundo semestre de 2023, nos meses de outubro e novembro, a CGJ-PE promoveu encontros nos polos Serra Talhada, Garanhuns e Recife, com a presença do desembargador Ricardo Paes Barreto, para entregar os Selos. No primeiro evento, realizado no dia 19 de outubro, no Fórum da Comarca de Serra Talhada, 26 unidades do Sertão de Pernambuco foram contempladas. Dessas, 8 receberam o Selo Ouro, e 8, Prata.



Em novembro, no dia 9, foi a vez de premiar 35 unidades localizadas no Agreste (Central, Meridional e Setentrional) e no Sertão do Moxotó. Do total, 5 receberam o Selo Diamante, 11, o Selo Ouro, e 19, Prata. Encerrando as premiações da primeira edição, foram entregues 107 selos (46, Diamante; 25, Ouro; 36, Prata) a unidades judiciárias localizadas no Recife, na Região Metropolitana e na Zona da Mata.

O desembargador Ricardo Paes Barreto destacou que a Corregedoria atuou na busca pela excelência da prestação do serviço jurisdicional. “A premiação foi um gesto de reconhecimento à dedicação daqueles e daquelas que se empenharam e se empenham por um Judiciário melhor para atender aos anseios da população pernambucana. Acreditamos que uma gestão moderna precisa ser humanizada e com respeito. E foi isso que procuramos implementar ao longo desses dois anos de gestão, buscando garantir uma atuação não apenas de cobrança de resultados, mas acima de tudo de diálogo, orientação e suporte às unidades. O caminho para excelência é construído conjuntamente”, salientou.

Entre as mudanças para 2024, houve a divisão dos grupos de apuração e a inclusão das unidades de apoio direto à atividade judicante. Agora, quatro grupos serão avaliados: Varas de 1º Grau e Juizados Especiais; Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs); Diretorias de Processamento Remoto - incluídas nesta nova portaria; e Central de Mandados (Cemandos) - também incorporadas à premiação.

Outro critério que passou por mudanças são os indicadores de desempenho, que saíram de 13 para 24 - para as Varas de 1º Grau e Juizados Especiais. Os CEJUSCs serão avaliados



em seis indicadores. Já as Cemandos e as Diretorias de Processamento Remoto, quatro.

Em relação aos selos, as categorias seguem as mesmas. No entanto, os percentuais mínimos para premiação - calculados de acordo com o máximo que cada unidade pode alcançar, com base nos indicadores de desempenho específicos de sua competência - tiveram atualizações. O período de apuração da segunda edição será compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023. Além dos selos, os servidores e as servidoras das unidades premiadas também recebem o Bônus de Desempenho Jurisdicional (BDJ), criado em 2014. Todos os detalhes com as novas diretrizes constam na Portaria Nº 129, publicada na edição do dia 13 de novembro de 2023 do Diário de Justiça Eletrônico (DJe).

Após a divulgação das novas regras, integrantes da Auditoria de Inspeção da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco se reuniram com membros da Coordenadoria de Governança de dados, Diretoria Geral, Secretaria de Planejamento Estratégico e Secretaria de Tecnologia da Informação para conhecer os novos critérios do Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade para 2024. A reunião, que aconteceu de forma remota, teve como objetivo garantir a divulgação das informações para conhecimento das unidades judiciárias.

O encontro contou com a presença do assessor especial da Corregedoria Geral, juiz Roberto Pedrosa, e das juízas Raquel Barofaldi e Tatiana Lapa, que integram a Coordenadoria de Governança, que destacaram a importância do prêmio para a melhoria dos indicadores que garantem o aprimoramento e efetividade da Justiça.

Durante a reunião, o servidor da Seplan Sidarta Ferreira apresentou o Glossário com informações e esclarecimento sobre os novos critérios do Prêmio da CGJ para 2024 definidos a partir de sugestões de aperfeiçoamento vinculadas ao Prêmio CNJ de Qualidade.

PERNAMBUCO EMITE MAIS DE 2 MIL CERTIDÕES DURANTE SEMANA NACIONAL DO REGISTRO CIVIL

PERNAMBUCO
Registre-se!
Semana Nacional do Registro Civil

EMIÇÃO DE CERTIDÕES E RG PARA A POPULAÇÃO SOCIALMENTE VULNERÁVEL, COM FOCO NA AMPLIAÇÃO DO ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA E NO COMBATE AO SUB-REGISTRO CIVIL.



DE 08 A 12 DE MAIO DE 2023

EM TODO O ESTADO, OS CARTÓRIOS FUNCIONARÃO EM HORÁRIO ESTENDIDO, DAS 8H ÀS 18H.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO



Estado garantiu o primeiro lugar entre os participantes da ação coordenada pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco

A 1ª Semana Nacional do Registro Civil - Registre-se!, realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça em todo o país entre 8 e 12 de maio de 2023, garantiu o acesso à documentação básica a milhares de pessoas socialmente vulneráveis. Em Pernambuco, segundo dados da Central de Informações do Registro Civil (CRC), foram solicitadas, no total, 2.016 certidões de nascimento e de casamento. Com o resultado alcançado, o Estado garantiu o primeiro lugar entre todos que participaram da ação. O mutirão foi coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) e contou com apoio de diversos órgãos e instituições.

Também figuraram entre os Estados com números mais expressivos durante a Semana o Pará (1.917) e o Maranhão (1.632). No total, foram 19.389 solicitações em todo o País.

Além das certidões de nascimento e de casamento, Pernambuco realizou a emissão de carteiras de identidade de forma gratuita. Ao todo, 455 RGs foram expedidos. No Recife, o Exército Brasileiro disponibilizou serviços

como alistamento, primeiras e segundas vias do certificado de dispensa de incorporação, atestado de desobrigado e do certificado de isenção, totalizando 92 atendimentos. A Receita Federal, responsável pela emissão de CPFs, atendeu 50 pessoas. A capital pernambucana também contou com a atuação da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE), em casos de registro tardio, e da Prefeitura do Recife para inscrição no Cadastro Único (CadÚnico).

A iniciativa contou com a parceria da Associação de Registradores de Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco (Arpen-PE), do Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB), do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), da Receita Federal, da Defensoria Pública do Estado, do Exército Brasileiro, da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e das prefeituras.

De 8 a 12 de maio de 2023, todos os cartórios do Estado funcionaram em horário estendido, das 8h às 18h, para emissão das segundas vias das certidões de nascimento e casamento. Na Capital, o mutirão foi realizado no Expresso Recife, localizado na Rua Doutor João Vieira de Meneses, Nº 113, bairro de Santo Amaro.

Por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o evento acontecerá anualmente, na segunda semana do mês de maio. As Corregedorias Gerais de Justiça dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais deverão coordenar o mutirão, que integra as ações do Programa de Enfrentamento ao Sub-registro Civil e de Ampliação ao Acesso à Documentação Básica por Pessoas Vulneráveis, instituído por meio do Provimento Nº 140/2023.



CORREGEDORIA INSTITUI MUTIRÃO DE RETIRADA DE DOCUMENTOS PARA VÍTIMAS DAS CHUVAS

Como uma forma de minimizar os impactos sociais provocados pelas chuvas que atingiram o Estado em 2022, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), em parceria com a



Associação de Registradores de Pernambuco (Arpen-PE), instituiu, por meio da Portaria Nº 112/2022, mutirões da cidadania para pessoas que perderam certidões de nascimento, de casamento e óbito com as chuvas que atingiram o Estado. Os documentos foram emitidos gratuitamente.

A ação teve início no Recife, em Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e Camaragibe. Em seguida, foi expandida para cidades da Zona da Mata Sul. Através de contato com as prefeituras das cidades, a Corregedoria conseguiu acesso ao cadastro das pessoas abrigadas para agilizar as retiradas gratuitas.

Convênio garante emissão gratuita de segundas vias de certidões solicitadas pelo Programa Governo Presente

A CGJ-PE, a então Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD) e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco (Arpen-PE) assinaram, em setembro de 2022, um convênio para ampliar e agilizar a emissão de segundas vias das certidões de nascimentos, casamentos e óbitos de forma gratuita para pessoas em situação de vulnerabilidade social de todo o Estado.

A iniciativa observou a necessidade da rápida e imediata obtenção dos documentos que atestem nascimentos, casamentos e óbitos, que são



indispensáveis para que as pessoas exerçam na plenitude seus direitos fundamentais positivados na Constituição da República. A partir do convênio, a emissão de segundas vias das certidões será realizada pelos cartórios a partir de pedidos oriundos das atividades desempenhadas pelo programa social do Governo do Estado, denominado “Governo Presente de Ações Integradas para a Cidadania” – GPAIC.

GESTÃO PRIORIZA DESTINAÇÃO ADEQUADA DE BENS APREENDIDOS EM PROCEDIMENTOS

A gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto teve como um dos principais objetivos atuar na destinação adequada dos bens apreendidos vinculados a processos. Uma das primeiras ações após assumir a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, em 2 de fevereiro de 2022, foi a publicação da Instrução Normativa Nº 02, no dia 17 de fevereiro de 2022, que regulamentou o controle dos bens apreendidos e sob guarda vinculados a processos judiciais cíveis e criminais no âmbito da Justiça do Estado de Pernambuco.

Segundo o documento, apenas os bens que foram objeto de apreensão processual para fins de encaminhamento a leilão ou destruição, deveriam ser recolhidos e guardados nos depósitos disponíveis nas unidades judiciárias do Estado.

A medida observou a responsabilidade administrativa do Poder Judiciário em promover a gestão dos bens apreendidos, naturalmente sujeitos à depreciação e desvalorização, ou descaracterização pelo tempo, pelo desuso, pela defasagem ou pelo simples envelhecimento. Assim, considerou a necessidade de se efetivar a alienação em caráter cautelar com o objetivo de evitar a deterioração e perda do valor econômico dos ativos apreendidos. O valor arrecadado fica depositado nas contas vinculadas aos processos.

Já a Recomendação Nº 01/2022, publicada no dia 23 de fevereiro, orientou magistrados e magistradas com competência criminal a observar o rigoroso controle relativo ao comando da Resolução Nº 356/2020 do Conselho Nacional

de Justiça (CNJ), em especial, os procedimentos para alienação antecipada de bens apreendidos, sequestrados ou arrestados em procedimentos criminais.

A iniciativa considerou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030 das Nações Unidas, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

O documento destacou que os(as) magistrados(as) com competência criminal, nos autos em que existam bens e ativos apreendidos ou que sejam objeto de medida assecuratória, deverão, entre alguns pontos: manter, desde a data da efetiva apreensão, arresto ou sequestro, rigoroso acompanhamento do estado da coisa ou bem, diretamente ou por depositário formalmente designado, sob responsabilidade; realizar busca ativa e restituição do bem apreendido à vítima, quando cabível e na medida das possibilidades.





Em junho de 2022, a CGJ-PE, a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), o Ministério Público Estadual (MPPE), a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PE), assinaram a Instrução Normativa Conjunta Nº 10 para agilizar a alienação de bens apreendidos. O documento determinou que, passados 60 dias sem manifestação do proprietário do item, este será objeto de alienação cautelar. O regramento ainda estabeleceu procedimentos facilitados e fixou um calendário padrão para a tomada de medidas que agilizem o reaproveitamento, venda ou descarte, conforme a avaliação sobre as condições de cada produto e a existência ou não de interessados no leilão. A maior parte dos bens armazenados no Estado é formada por motocicletas, bicicletas e automóveis.

No mês seguinte, em julho de 2022, o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, e o então superintendente da Polícia Federal no Estado, Daniel Grangeiro, assinaram o Provimento Nº 09/2022, para acelerar o processo de destinação dos veículos apreendidos e custodiados nos pátios da PF, que estabeleceu que, decorrido o prazo de 60 dias da publicação de edital para a alienação de veículos sem oposição, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ficou autorizada a realização da hasta pública, e eventual compactação, dos veículos descritos no edital publicado, desde que vistoriados e avaliados, com constatação fotográfica e descrição básica das características.

Além de publicações de instruções normativas sobre o tema, foi publicado o Manual de Destinação de Bens Apreendidos em Processos Criminais e parcerias com diversos órgãos foram realizadas. A iniciativa também observou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Os materiais apreendidos estavam armazenados em depósitos judiciais do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Com o trabalho da gestão, parte desses imóveis foram totalmente desocupados. Alguns eram locados pelo TJPE e outros eram próprios do Tribunal de Justiça. A desocupação dos espaços alugados proporcionará economia aos cofres do Poder Judiciário. Já os depósitos próprios do Tribunal passaram por reformas para se adequar às novas regras para o recebimento de bens, a exemplo do espaço localizado no Fórum Lourenço José Ribeiro, em Olinda. No local, eram armazenados diversos itens, como carteiras escolares, pneus, bicicletas, equipamentos industriais, eletrodomésticos, dentre outros.

Entre os materiais retirados, estavam cerca de 25 toneladas de sucatas de madeira, mais de 20 toneladas de sucatas de carro e cerca de 22 toneladas de CDs, DVDs e capas de celular piratas, que foram recolhidas para destinação adequada. Além disso, mais de 5 mil peças de roupa, 1 mil bolsas e pares de calçados foram doadas a organizações não governamentais. Entre os itens doados também está um piano, entregue à ONG Círculo do Coração (CirCor), com o objetivo de auxiliar no tratamento de doenças em crianças com problemas cardíacos. Foram mais de 70 caminhões, divididos em três tipos – Munck, Roll On e Baú - responsáveis pelas retiradas dos materiais, finalizadas no mês de setembro de 2023.

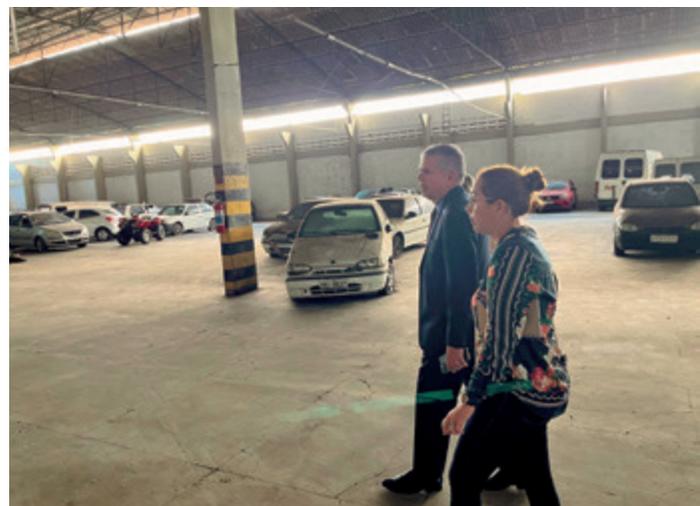
LEILÃO JUDICIAL

LEILÕES SÃO AGILIZADOS E ARRECADAM CERCA DE R\$ 3 MILHÕES

Trabalho coordenado pelo Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais tem o objetivo de minimizar a desvalorização natural dos carros e motocicletas

De fevereiro de 2022 a dezembro de 2023, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), promoveu mais de 20 leilões judiciais de forma virtual com o objetivo de minimizar a desvalorização natural dos carros e motocicletas apreendidos. Foram cerca de 1.100 veículos e sucatas leiloados, somando um total de aproximadamente R\$ 3 milhões em arrecadação. Os valores foram depositados nas contas vinculadas aos processos. Os veículos e sucatas estavam armazenados e custodiados em depósitos judiciais – a exemplo do Cabanga e Vitória de Santo Antão – além do Pátio da Polícia Federal.

No Depósito da Comarca de Vitória de Santo Antão, localizado na Zona da Mata, além de mais de 100 veículos, também estavam armazenados bens comuns, como cofre, TV, fogão, dentre outros. Já no Cabanga, na Capital, mais de 400 veículos foram leiloados.



Os leilões da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco são coordenados pelo Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais, que tem à frente o(a) juiz(a) assessor(a) especial da CGJ-PE, com o apoio de magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), e que tem a responsabilidade de consolidar o controle sobre as informações referentes aos bens apreendidos em procedimentos criminais. Todos os veículos são separados, catalogados e avaliados.

CGJ-PE autoriza acordo de cooperação entre Colégio Notarial e Banco Bradesco

O projeto piloto teve duração de três meses e abrangeu cinco Tabelionatos de Notas da Região Metropolitana, Zona da Mata e Agreste

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), por meio do desembargador Ricardo Paes Barreto, autorizou um acordo de cooperação entre o Colégio Notarial do Brasil – Seção Pernambuco (CNB/PE) e o Banco Bradesco com o objetivo de facilitar o acesso a serviços bancários em municípios do Estado. O documento foi assinado simbolicamente entre a presidente do CBN-PE, Dayse Maciel, e o diretor regional do Banco Bradesco, Marcos Willemann, no dia 11 de dezembro de 2023, no gabinete da Corregedoria, localizado no Fórum Thomaz de Aquino, Bairro de Santo Antônio, Recife.

“Os cartórios agora podem fazer

a função de correspondente bancário. Então será possível abrir conta, fazer pagamento, empréstimo, crédito consignado nas serventias extrajudiciais. E para que isso acontecesse nós precisávamos do aval da Corregedoria”, explicou a presidente do CBN-PE, Dayse Maciel, titular da 2ª Serventia Notarial de Olinda. “Vamos levar serviços financeiros a cidades desassistidas”, completou o gerente de Departamento Bradesco Expresso, Elder Carvalho.

O projeto piloto teve duração de três meses e abrangeu cinco Tabelionatos de Notas da Região Metropolitana, Zona da Mata e Agreste – Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Paudalho, Santa Cruz do Capibaribe e Brejão. “Esse acordo é um marco histórico na prestação de serviço por parte das serventias extrajudiciais do Estado de Pernambuco. Com isso, os cartórios foram autorizados a oferecer uma gama de serviços. Gostaria de parabenizar a Corregedoria, que aceitou essa inovação, e também os cartórios pela iniciativa”, destacou o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto.



Cartórios de Pernambuco começam a realizar conciliação e mediação

Em dezembro de 2023, cartórios localizados no Agreste Meridional e na Região Metropolitana do Recife passaram a oferecer serviços de conciliação e mediação para a resolução de conflitos. Os métodos são utilizados para auxiliar e facilitar o diálogo e o acordo entre as partes. Conforme as portarias conjuntas Nº 17 e Nº 18, de 18 de dezembro de 2023, respectivamente, foram cadastrados, credenciados e instalados, após autorização da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), como Serviços de Conciliação e Mediação Judicial a Serventia Notarial de Garanhuns e o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Praia de Conceição - Paulista, que irão atuar junto ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Os documentos foram publicados na edição Nº 226 do Diário de Justiça Eletrônico (DJe) e assinados pelo corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, pelo presidente do TJPE, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, e pelo coordenador-geral do Nupemec, desembargador Erik de Sousa Dantas Simões.

A Serventia Notarial de Garanhuns está sediada na Rua General Dantas Barreto, Nº 37, Bairro de Santo Antônio, e o Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da Praia de Conceição - Paulista, na Avenida Dr. Cláudio José Gueiros Leite, Nº 2491, Bairro do Janga. As conciliações e mediações extrajudiciais

foram autorizadas a serem realizadas no formato digital, virtual ou eletrônico, em plataforma da internet e em sistemas de rede de computação, observando as diretrizes e normas estabelecidas para as conciliações e mediações judiciais realizadas pelo Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (GEJUSCs), ou na plataforma disciplinada pelo Nupemec. Os efeitos das Portarias Conjuntas têm validade por dois anos e entram em vigor a partir da publicação.

A regulamentação dos procedimentos realizados pelos cartórios está no Ato Conjunto Nº 39, publicado na edição Nº 165/2023 do Diário de Justiça Eletrônico (DJe) e assinado pela Corregedoria Geral da Justiça, pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco e pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

Ainda segundo o Ato Conjunto Nº 39, as serventias extrajudiciais de todas as especialidades poderão atuar na solução de conflitos, litígios ou controvérsias. O documento abrange: Tabelionato de Notas; Registro Civil das Pessoas Naturais; Registro de Imóveis; Registro Civil das Pessoas Jurídicas; Registro de Títulos e Documentos; e Tabelionato de Protestos. Entre os assuntos que poderão ser resolvidos estão: danos e cobranças de dívidas, registro de imóveis, reconhecimento e término de união estável, dentre outros, de acordo com a especialidade do cartório.



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA PROPÕE REESTRUTURAÇÃO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

O corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, propôs, em maio de 2023, o Anteprojeto de Lei Complementar para atualizar a organização do serviço extrajudicial do Estado. O documento foi elaborado por comissão constituída através das Portarias CGJ Nº 47/2022 e Nº 02/2022. O desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção presidiu os trabalhos, que contaram com a coordenação do juiz corregedor auxiliar para o Serviço Extrajudicial, Carlos Damião da Costa Lessa.

O anteprojeto prevê a criação e extinção de serventias, além de delimitar as circunscrições dos serviços extrajudiciais. A proposição tem como objetivo reduzir despesas com o Fundo do Registro Civil (FERC) e otimizar o atendimento à população, com transparência e agilidade.

Atualmente, Pernambuco conta com 89 serventias não providas, entre vagas e não instaladas. Em julho de 2023, o Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco aprovou, em sessão extraordinária, o projeto da Corregedoria, que seguiu para a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), onde encontra-se em tramitação aguardando aprovação. Só a partir da aprovação do texto será possível a publicação do edital para a realização do concurso público de provas e títulos para outorga de delegações de notas e de registro do Estado de Pernambuco.

Também compuseram a comissão para elaboração do Anteprojeto de Lei Complementar como membros a titular da 1ª Serventia Notarial de Jaboatão dos Guararapes, Alda Lúcia Soares Paes de Souza; o titular do 8º Tabelionato de Notas da Capital, Ivanildo Figueiredo Andrade de Oliveira Filho; o delegatário da 2ª Serventia Registral de Olinda, Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti; a titular do 1ª Serventia Registral de Petrolina, Ynara Ramalho Dantas Mota; a titular da 2ª Serventia Notarial de Cabo de Santo Agostinho, Semíramis Ferreira Santiago de Araújo; o titular da Serventia Registral e Notarial de Ibimirim, Rafael Machado da Silva; o titular do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Pombos, João Victor de Almeida Cavalcanti; e a titular da 2ª Serventia Notarial de Olinda, Dayse Carolina de Queiroz Nunes Maciel.

Após aprovação será publicado edital para a realização do concurso público de provas e títulos para outorga de delegações de notas e de registro. O último certame foi realizado em 2012.



MUTIRÕES NOS JUIZADOS ESPECIAIS ACELERAM PROCESSOS CRIMINAIS

No primeiro semestre de 2022, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) e a Coordenadoria dos Juizados Especiais promoveram diversos mutirões nos Juizados Especiais Criminais do Estado com o objetivo de agilizar o andamento de processos físicos nas unidades. Foram realizadas mais de três mil audiências e mais de sete mil processos foram solucionados definitivamente.

A medida buscou o atendimento da Resolução Nº 420/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que colocou como meta que os Tribunais brasileiros extingam todos os processos físicos até 2024. As ações julgadas nos Juizados Especiais Criminais envolvem

contravenções ou crimes cuja pena máxima prevista não ultrapassa dois anos de privação de liberdade. Dentre as contravenções penais estão vias de fato, omissão de cautela na guarda ou condução de animais, perturbação do trabalho ou do sossego alheios, importunação ofensiva ao pudor e perturbação da tranquilidade. Já os crimes incluem uso de entorpecentes, ameaça, lesão corporal, desobediência, desacato, receptação culposa, dano, ato obsceno, exercício arbitrário das próprias razões, e dirigir sem habilitação causando perigo de dano, dentre outras.



Centrais de Agilização mudam de endereço e atuam em processos de réus presos, violência doméstica e Meta 2

Vinculadas ao Programa Pernambuco Faz Justiça, da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, as Centrais de Agilização Processual passaram, durante a atual gestão, por mudanças. As unidades da Capital ganharam novo endereço: o 4º andar do Fórum Thomaz de Aquino, localizado no Bairro de Santo Antônio. A forma de atuação também teve aperfeiçoamento, atuando em parceria com a Coordenação de Governança do Judiciário estadual para definição de prioridades.

Buscando sistematizar suporte às unidades judiciárias para fins de aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, as Centrais de Agilização Processual atuaram, nos últimos dois anos nos processos incluídos na Meta 2 nas varas cíveis, acidentes de trabalho, família, sucessões e registros públicos, fazenda pública, execução de títulos extrajudiciais e executivos fiscais (apenas da classe embargos à execução) do Recife, das Comarcas Região Metropolitana e do Agreste.

Já a atuação da Central Criminal foi voltada para processos criminais com réus presos, e em



tramitação nas Comarcas da Capital e Região Metropolitana do Recife (RMR), que se encontram conclusos para sentença, e para processos em tramitação nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher da Capital e Região Metropolitana do Recife (RMR).

Só em 2023, a Central de Agilização da Capital movimentou mais de 7 mil processos cíveis. No total, foram assinados mais de 4 mil despachos e 3.085 decisões e sentenças. Também foram agilizados mais de 800 processos criminais, com 72 despachos e 745 decisões e sentenças.

A Central de Agilização de Caruaru movimentou, no mesmo período, quase 5 mil processos, garantindo 3.527 despachos e 1.442 decisões e sentenças.

TJPE e PGE celebram convênio para enfrentamento de demandas repetitivas em unidades da Fazenda Pública

O Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco firmaram um Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa para o mapeamento, a identificação e o enfrentamento de questões jurídicas repetitivas, em trâmite nas Varas e Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado. A partir desse trabalho de inteligência, a iniciativa busca a instrumentalização de meios para a realização de autocomposição administrativa e extrajudicial de demandas judiciais.

O documento foi assinado em dezembro de 2022, durante a 1ª Jornada de Atualização dos Juizados Especiais, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Paes Barreto, e pelo então procurador-geral do Estado, Ernani Medicis. A medida foi elaborada a partir das inspeções realizadas pela Corregedoria Auxiliar dos Juizados Especiais em unidades da Fazenda Pública. “Percebemos que algumas demandas mais repetidas, precisavam

PROJETO DA CGJ-PE PARA CONTRATAÇÃO DE JUÍZES(AS) LEIGOS(AS) NOS JUIZADOS ESPECIAIS E COLÉGIOS RECURSAIS SE TORNA LEI

O projeto da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco para a implementação do quadro de juízes leigos e juízas leigas para atuar nos Juizados Especiais e nos Colégios Recursais foi aprovado e se tornou lei. Aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e, em seguida, pela Assembleia Legislativa do Estado (Alepe), a iniciativa foi regulamentada por meio da Resolução Nº 498 do TJPE. Com a regulamentação da Lei Nº 18.152, de 5 de maio de 2023, foram criadas 100 funções públicas de juízes leigos e juízas leigas em Pernambuco.

A medida teve como objetivo contribuir para o aumento da produtividade nas unidades judiciárias, bem como a redução do tempo médio para realização das audiências e a prolação de sentenças, possibilitando, assim, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional na Justiça estadual.

Contratação será por meio de processo seletivo de provas e títulos

Os juízes leigos e juízas leigas são auxiliares da Justiça e recrutados(as) entre os advogados e advogadas com mais de dois anos de experiência. A função será remunerada – sem vínculo empregatício ou estatutário – e exercida por prazo determinado de até dois anos, permitida uma recondução. O acesso a esta se dará por meio de participação em processo seletivo público de provas e títulos, ainda que simplificado, conduzido por critérios objetivos. A remuneração será estabelecida por atos homologados, assim considerados as minutas de sentença, despachos/decisões em geral, bem como os acordos celebrados entre as partes.

A contratação dos profissionais será por meio de processo seletivo de provas e títulos, realizado conforme diretrizes estabelecidas pela CGJ-PE, com auxílio da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape).

de um tratamento mais adequado e, após reunião com os juízes e procuradores, estamos estabelecendo um canal de diálogo permanente, para um trato mais específico destas demandas, para que a solução seja mais ágil”, esclareceu a então corregedora auxiliar dos Juizados, juíza Karina Aragão.

Com o convênio, a expectativa é de minimização da judicialização; progressiva diminuição do acervo de demandas judiciais nas Varas e Juizados Especiais da Fazenda Pública do TJPE, de modo a reduzir a taxa de congestionamento do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco; e maior efetividade à atuação da Justiça estadual e agilização dos serviços jurisdicionais.



Instrução Normativa regulamenta Programa de Residência Jurídica

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) regulamentou, por meio da Instrução Normativa Nº 19/2023, o Programa de Residência Jurídica (PROREJU). O documento, assinado pelo presidente do Judiciário estadual, desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, foi publicado na edição Nº 105 do Diário de Justiça Eletrônico (DJe). O programa foi instituído através da Lei Nº 17.805, de 30 de maio de 2022, de iniciativa do corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto.

O programa é voltado a bacharéis em Direito que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou, ainda, que tenham concluído o curso de graduação há, no máximo, cinco anos, na data da publicação do respectivo edital de seleção simplificada, que será divulgado posteriormente.

O objetivo busca proporcionar o aprimoramento das capacidades

e competências jurídicas dos profissionais do Direito, através da ampliação de sua formação, visando o aprofundamento do conhecimento teórico e das técnicas de solução de conflitos e promoção da justiça, instruídos por magistrados e magistradas experientes, de forma a contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional.

O edital será elaborado pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), que também ficará responsável pela seleção simplificada, com o apoio da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) e da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do TJPE.

O programa contará com atividades teóricas - com o curso em Prática Jurídica - e práticas - com 4.320 horas, divididas em 30 horas semanais e no período de 36 meses. Ao término, caso aprovado, o residente receberá certificado expedido pelo Tribunal de Justiça.



CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA MONITORA



O objetivo das inspeções é garantir suporte às unidades judiciárias de todas as entrâncias

As comarcas de todo o Estado foram monitoradas de forma constante pelo corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, durante sua gestão. Desde fevereiro de 2022, foram realizadas visitas aos fóruns da Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão com o objetivo de manter o diálogo com os(as) magistrados(as), servidores(as), profissionais terceirizados, bem como com a população, para ouvir as demandas e garantir o apoio necessário. Além disso, durante as mais de 30 visitas, que foram acompanhadas pelos(as) juízes(as) auxiliares, foram avaliadas as estruturas físicas das unidades, o acervo de processos, as inconsistências de dados relativos aos processos judiciais.

No biênio 2022/2024, foram inspecionadas as seguintes comarcas: Afrânio, Araripina, Arcoverde, Barreiros, Belém de São Francisco, Bezerros, Bodocó, Carpina, Caruaru, Catende, Exu, Floresta, Garanhuns, Glória do Goitá, Goiana, Ipubi, Itambé, Itapissuma, Lagoa de Itaenga, Lagoa Grande, Nazaré da Mata, Ouricuri, Palmares, Petrolândia, Petrolina, Pombos, Santa Cruz do Capibaribe, Serra Talhada, Sirinhaém, Surubim, Timbaúba, Trindade e Vitória de Santo Antão.

No mês de julho de 2023, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata Sul, o desembargador Ricardo Paes Barreto avaliou o andamento das obras do Fórum Severino Joaquim Krause Gonçalves. O local passou

COMARCAS DE TODO O ESTADO



por reformas realizadas pela Diretoria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e que incluíram troca de piso, recuperação da parte elétrica, pintura de fachada e espaços internos, troca de portas, melhorias nos banheiros e mudança de layout, além da criação de novas salas.

As inspeções também abrangeram a Diretoria Regional do Agreste, localizada no Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, na Comarca de Caruaru, em abril de 2022. Após a visita, uma série de medidas começaram a

ser implementadas para a ampliação da unidade, que ganhou novas instalações em novembro do mesmo ano.

Durante as visitas, o corregedor-geral foi recebido pelos(as) administradores(as) dos fóruns e pelos(as) juízes(as) diretores(as). Para o desembargador Ricardo Paes Barreto, realizar o acompanhamento presencial das unidades é de extrema importância para o desenvolvimento do Poder Judiciário pernambucano e para alcançar a excelência da prestação do serviço jurisdicional.

**Foram realizadas
mais de 30 visitas
às comarcas**



Comarcas do Interior do Estado são inspecionadas pela Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância

Sob a coordenação do juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida, a Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância inspecionou, em 2023, as 94 unidades judiciárias previstas pelo calendário, localizadas em 88 comarcas do Interior do Estado. Com o auxílio das equipes da Auditoria de Inspeção, o objetivo das visitas foi avaliar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2023. Conforme relatório expedido pelas equipes, cerca de 76% dessas unidades atingiram a Meta 1 – relativa a julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente - em 2023. Conforme a Meta 2 - julgar, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 - foram 68%. Em 2022, foram vistoriadas 97 unidades.

Além das inspeções de todas as unidades judiciárias, todas as unidades judiciárias são acompanhadas diariamente pelo Sistema Informatizado da Corregedoria (Sicor), bem como a constante comunicação.

Com relação às demais atividades desenvolvidas pela Corregedoria Auxiliar, dos 32 procedimentos preliminares prévios que tramitaram na unidade em 2023, foram emitidos 30 pareceres. Do total de 27 processos administrativos disciplinares (PAD), 21 foram submetidos ao corregedor-geral da Justiça de Pernambuco.



Corregedoria Auxiliar da 2ª Entrância inspeciona unidades da Região Metropolitana, Agreste e Sertão

A Corregedoria Auxiliar da 2ª Entrância realizou, durante a gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto, 313 viagens de inspeção. Foram inspecionadas nos últimos dois anos 204 unidades judiciárias, 23 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), 4 Centrais de Cartas e 2 Centrais de Agilização localizadas na Região Metropolitana do Recife, Agreste e Sertão do Estado. A supervisão da Corregedoria Auxiliar é realizada pelo juiz Janduhy Finizola da Cunha Filho. As unidades têm, em sua maioria, competência especializada, como cíveis, família e registro civil, fazenda pública, criminais, infância e juventude, dentre outras.

No total, 67% das unidades atingiram a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referente a julgar mais processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente, e 65% das unidades a Meta 2 – voltada ao julgamento de processos antigos.

Além das inspeções ordinárias previstas no calendário da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) foram realizadas visitas extraordinárias. As inspeções contam com o apoio dos auditores(as) de inspeção da CGJ-PE.

Ao longo do período, também tramitaram mais de 500 processos, incluindo pedidos de providências (PPs), processos administrativos



disciplinares (PADs), reclamações disciplinares, reclamações por excesso de prazos e PPs de fiscalização de inspeções. Na gestão, 463 pedidos de providências e dez processos administrativos disciplinares foram concluídos.

Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância inspeciona 151 unidades judiciárias e administrativas da Capital em 2023

A Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância, coordenada pela juíza Sônia Stamford Magalhães Melo no biênio 2022/2024, que tem sob área de atuação a Capital do Estado, o Distrito do Arquipélago de Fernando de Noronha, as Centrais Precatórias, de Flagrantes, Mutirões, Agilização, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), além das Diretorias Cível, Família, Infância e Executivos Fiscais do 1º Grau e Cível e Criminal do 2º Grau, inspecionou 151 unidades judiciárias e administrativas. Em 2022, foram realizadas 154 inspeções, totalizando 305 visitas no respectivo biênio, com o objetivo de apurar e acompanhar a evolução do cumprimento das metas

estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a criticidade, além de dados exigidos nos relatórios da Auditoria.

Conforme as metas nacionais definidas para 2023, 82 unidades atingiram a Meta 1 – relativa a julgar mais processos que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. Com relação à Meta 2 – julgar, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 – foram 102 unidades.

Durante o período, tramitaram, na Corregedoria Auxiliar, cerca de 510 procedimentos, que tiveram emissão de parecer. Além disso, foram emitidos 1.873 despachos.



BALCÃO VIRTUAL

Por meio do trabalho coordenado pela Corregedoria Auxiliar de 3ª Entrância, todas as varas que funcionam no Fórum Rodolfo Aureliano, localizado na Ilha Joana Bezerra, passaram a contar com o Balcão Virtual. A ferramenta busca proporcionar um atendimento mais eficiente aos jurisdicionados, por meio de um canal virtual. Em janeiro de 2022, o Tribunal de Justiça de Pernambuco começou a expandir o uso da ferramenta e, em março do mesmo ano, a Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância passou a atuar no apoio das unidades.

Inspeções nos Juizados Especiais buscam alcance de metas do Conselho Nacional de Justiça

O relatório das inspeções ordinárias nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo de Pernambuco, realizado em parceria com a Auditoria de Inspeção da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-PE), verificou bom desempenho das unidades quanto ao cumprimento das Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento foi expedido após as inspeções realizadas pelas equipes da Corregedoria Auxiliar, que teve como corregedoras auxiliares as juízas Karina Albuquerque Aragão de Amorim (02/2022 a 08/2023) e Fernanda Pessoa Chuahy de Paula (08/2023 a 02/2024), e da Auditoria de Inspeção. Em 2023, as visitas tiveram início no dia 6 de fevereiro e se encerraram em 28 de julho. No ano anterior, 2022, as inspeções ocorreram de março a outubro. Ao todo, o Estado possui 60 Juizados Especiais - nas competências Cível, Cível e Criminal, Criminal e Fazendário.

Na análise das metas, cerca de 80% dos Juizados Especiais cumpriram a Meta 1, referente a julgar mais processos que os distribuídos no ano. Com relação a Meta 2 - julgar, pelo menos, 90% dos processos distribuídos



até 31/12/2019 - foram 96% unidades.

Em relação ao acervo das unidades, durante a gestão houve uma redução de 17.663 processos no acervo geral dos Juizados, após o saldo entre os casos novos e arquivamentos, resultado em um arquivamento maior de processos em relação aos casos novos do ano atual. Ademais, houve uma redução no prazo médio de tramitação dos processos, principalmente nas unidades criminais e fazendárias. Cabe salientar, ainda, a redução do tempo médio de sentença apurada no mesmo período, com mais de 131 mil sentenças proferidas no período.

Mais de mil inspeções são realizadas nas serventias extrajudiciais no biênio em Pernambuco

As serventias extrajudiciais de Pernambuco também foram inspecionadas durante a gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto. O juiz corregedor auxiliar para o Serviço Extrajudicial, Carlos Damião Pessoa Costa Lessa foi o responsável pela condução do setor, que possui competência para fiscalizar 542 cartórios, sendo 36 localizados na Capital, 56 na Região Metropolitana do Recife, e 450 no Interior. Com o auxílio das equipes da Auditoria de Inspeção da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), foram realizadas mais de mil inspeções, divididas entre virtuais e presenciais, de fevereiro de 2022 a dezembro de 2023.

No período, a Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial também atuou, por determinação do corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador

Ricardo Paes Barreto, em seis intervenções a cartórios, localizados nas comarcas de Belém de Maria, Carpina, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Jucati e Pesqueira. Falta de estrutura física do imóvel adequada para atendimento da população e ausência de condições de trabalho foram quesitos avaliados nas inspeções que resultaram nas intervenções. Outro critério observado foi o repasse de valores corretos devidos ao Poder Público.

O setor também auxiliou na elaboração de minutas de atos, como a publicação de provimentos com atualizações do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registros de Pernambuco.

Na Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial foram autuados e/ou distribuídos 1.186 novos procedimentos, com a efetivação de 869 arquivamentos definitivos. Foram emitidos, ainda, 1.368 pareceres e 4.389 despachos.



Assessorias Técnica e Especial auxiliam no desenvolvimento de atividades da CGJ-PE

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco conta com o apoio das assessorias Técnica e Especial, coordenadas por juízes(as) e com o apoio de servidores e servidoras que auxiliam o corregedor-geral no desenvolvimento das atividades. Os setores foram responsáveis pela comunicação com magistrados(as), servidores(as), com órgãos e entidades públicas e privadas e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além da colaboração com o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numoped).

ASSESSORIA ESPECIAL – Durante a gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto, a Assessoria Especial da CGJ-PE contou com a atuação de seis servidores(as), sob o comando da juíza Roberta Viana Jardim (09/2022 a 02/2024) e do juiz André Vicente Pires Rosa (02/2022 a 09/2022).

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela unidade estiveram: a apuração imediata de fatos imputados aos(às) magistrados(as) de primeiro grau; elaboração de minutas referentes a reclamações/solicitações em face dos Juízos e dos(as) magistrados(as); redigir minutas de instrumentos normativos sobre questões jurídicas; acompanhamento das correições

e inspeções realizadas pelas Corregedorias Auxiliares; acompanhamento, auxílio e orientação das Corregedorias Auxiliares para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; comunicação prévia e direta com os(as) magistrados(as) de todas as entrâncias, visando apoio e orientação nos procedimentos administrativos; realização de audiências de instrução junto à Corregedoria do Extrajudicial, tendo como objetivo uma maior produtividade e cumprimento das metas determinadas pelo CNJ e efetivação de outras audiências após determinação pelo corregedor-geral; além de assessorar e representar o corregedor-geral nos assuntos administrativos e



em assuntos específicos.

Durante a gestão, a Assessoria Especial recebeu aproximadamente 410 malotes digitais, utilizado para o envio de correspondências oficiais, como ofícios e memorandos, entre órgãos do Poder Judiciário. No que diz respeito ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), tramitaram cerca de 1.200 processos, sendo gerados aproximadamente 1.110 expedientes administrativos no setor. A unidade também foi responsável pelo acompanhamento das metas da Corregedoria, que, em 2023, foram alcançadas em mais 100%.

ASSESSORIA TÉCNICA - Responsável pelo assessoramento em matéria jurídica, principalmente em Direito Administrativo, o setor tem como competência a elaboração de pareceres jurídicos e despachos, além de prestar informações legais pertinentes às atividades da Corregedoria, e sugerir a edição de atos normativos. A Assessoria Técnica teve o apoio de quatro servidores(as), coordenados pelos juízes Frederico de Moraes Tompson (02/2022 a 08/2023), Breno Duarte Ribeiro de Oliveira (08/2023 a 10/2023) e Roberto Carneiro Pedrosa (10/2023 a 02/2024).

Entre as atribuições estão: o recebimento de processos administrativos e os pedidos de providências contra servidores e servidoras do TJPE, provenientes das



Corregedorias Auxiliares de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias, e da Corregedoria dos Juizados Especiais e Colégios Recursais, quando estes se encontraram conclusos ao corregedor-geral da Justiça, centralizando todos os processos e pedidos de providência. Destaca-se, ainda, a produção de minutas de expedientes, como despachos, decisões de instauração de procedimentos administrativos disciplinares (PADs), aplicação de penalidades, arquivamentos, acórdãos em recursos hierárquicos e portarias. Na unidade, transitaram cerca de 300 processos eletrônicos - aproximadamente 110 processos administrativos disciplinares (PAD), 170 pedidos de providências (PP) e 50 reclamações disciplinares.

A unidade também garantiu suporte para a elaboração dos votos relacionados aos editais de promoção, remoção e acesso de magistrados(as), cujo relator foi o corregedor-geral. Durante a gestão, foram julgados 197 editais, no total, sendo 185 de promoção e remoção e 12 de acesso.

A Assessoria Técnica foi responsável, ainda, pela realização dos Encontros Regionais, em 2022, pela CGJ em Ação, em 2023, por meio do Núcleo de Apoio aos Juízes (NAJ), e pelos leilões de veículos apreendidos e a remoção de bens em depósitos judiciais, promovidos com o apoio do Comitê Gestor de Bens Apreendidos.

METAS E INCONSISTÊNCIAS DE DADOS SÃO MONITORADAS PELA AUDITORIA DE INSPEÇÃO

O cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi constantemente monitorado durante os últimos dois anos pela Auditoria de Inspeção da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE). Com 25 servidores e servidoras, coordenados pelo servidor Fernando Augusto Lapa Guimarães (02/2022 a 07/2023) e pela servidora Tassiana Leite Perazzo (07/2023 a 02/2024), o setor foi criado pela Lei Estadual Ordinária 14.157/2010 e pelos Provimentos CGJ-PE 08/2010 e 28/2010, passando a desempenhar importante papel no trabalho de fiscalização das unidades judiciárias da 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias, Juizados Especiais e Serventias Extrajudiciais, otimizando o tempo dos(as) juízes(as) corregedores(as) auxiliares.

Os(as) servidores e servidoras realizaram no biênio 731 inspeções ordinárias nas unidades judiciárias, de forma presencial e virtual, sendo 327 em 2022 e 404 em 2023. Cada unidade inspecionada foi acompanhada por meio de comunicação direta via WhatsApp, e-mail institucional e telefone por um prazo de 30 a 45 dias, a contar da visita inicial. A finalidade foi proporcionar uma rápida troca de informações e solução para os problemas apresentados durante o período de monitoramento. Inicialmente foi elaborado um relatório baseado em dados extraídos do Sistema de Informação da Corregedoria (Sicor) e do TJPE Reports. Após o período de monitoramento, foi desenvolvido

um novo relatório de análise comparativa, entre a situação inicial e final de cada unidade. Nas serventias extrajudiciais, as fiscalizações ocorreram de forma virtual, por meio da elaboração e encaminhamento dos formulários via Malote Digital, totalizando 898 na gestão.

Os auditores e as auditoras de inspeção realizaram, ainda, o acompanhamento das atividades do Fundo de Compensação dos Atos Cíveis (FERC); participaram das semanas de autoinspeção, dos Encontros Regionais, em 2022, e do CGJ em Ação, em 2023, que teve como objetivo sanar as inconsistências de dados nos sistemas PJe e Judwin; além de outras atividades pertinentes.



CGJ-PE institui plantão judiciário nos feriados, fins de semana e recessos

A equipe é formada por um(a) juiz(a), servidor(a) e motorista da Corregedoria, que atuam das 13h às 17h



A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) passou a contar, em fevereiro de 2022, com um plantão judiciário durante feriados, fins de semana, nos períodos de recesso e nos dias úteis em que o horário do expediente forense for excepcionalmente reduzido. A medida, assinada pelo corregedor-geral, desembargador Ricardo Paes Barreto, foi publicada na edição Nº 32/2022 do Diário de Justiça Eletrônico (DJe), em 15 de fevereiro, e já começou a funcionar fim de semana seguinte (19 e 20 de fevereiro).

De acordo com a Instrução Normativa CGJ/PE Nº 01/2022, o usuário externo pode fazer sua

comunicação por meio de contato telefônico e/ou Whatsapp, através do número (81) 99960-6500, ou do e-mail cgj.plantao@tjpe.jus.br. Não é objeto de apreciação no plantão da CGJ as matérias próprias de plantão judicial e as que não sejam urgentes. O horário do plantão judicial, no âmbito da CGJ, é das 13h às 17h, em conformidade com a Resolução TJPE Nº 267 de 18 de agosto de 2009.

A equipe do plantão é formada por um juiz ou uma juíza auxiliar da CGJ; um servidor ou uma servidora da Corregedoria; e um ou uma motorista, responsáveis pela solução para os possíveis problemas encaminhados e atuarão sob a supervisão do corregedor-geral da Justiça. A escala de magistrados e magistradas e de servidores e servidoras é mensal, organizada e divulgada pela Secretaria Geral da Corregedoria, observando a lista de antiguidade publicada no DJe pela Secretaria Judiciária.

PLANTÃO JUDICIÁRIO CGJ-PE

PORTARIA DISPÕE SOBRE DIVULGAÇÃO DE PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES CONTRA SERVIDORES(AS)

O corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, assinou, no dia 28 de março de 2023, a Portaria Nº 35, que alterou a forma de divulgação dos Pedidos de Providências (PP) e Processos Administrativos Disciplinares (PAD). De acordo com as novas determinações, previstas no documento, passou a ficar suprimido o nome do servidor ou servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) bem como sua qualificação nas publicações no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) relativas a sindicâncias, pedidos de providência e processos administrativos disciplinares. A medida atendeu ao pleito do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado de Pernambuco (SindJud-PE).

A portaria foi assinada no gabinete do corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, na presença do coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado de Pernambuco (SindJud-PE), Alcides Campelo, e do coordenador de administração da entidade, Giuseppe Mascena. O então assessor especial da CGJ-PE, juiz Frederico de Moraes Tompson, também esteve presente.

“Eu gostaria de reiterar nosso compromisso com todos os servidores e servidoras e agradecer a parceria com o Sindicato, que tanto nos ajuda a adotar medidas que visam melhorias para todos que integram o Judiciário”, declarou o corregedor-geral na ocasião.

Com a mudança, a portaria instauradora do processo administrativo disciplinar passou a ser publicada com as seguintes informações: a

autoridade instauradora competente; os integrantes da comissão (nome, cargo e matrícula), com a designação do presidente; a indicação do procedimento do feito (PAD ou sindicância); o prazo para conclusão dos trabalhos; a indicação do alcance dos trabalhos, reportando-se ao número do processo e demais “infrações conexas” que surgirem no decorrer das apurações.

O nome do advogado ou advogada, que esteja patrocinando a defesa técnica, e o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) são publicados integralmente em todas as fases dos procedimentos. Na portaria inaugural, a especificação dos fatos e/ou irregularidades se dará por meio de menção ao processo ou documento que motivou sua abertura.

Todos os Atos de Sindicância, Pedidos de Providências e Processos Administrativos Disciplinares devem utilizar exclusivamente a plataforma PleCor. As notificações e intimações de quaisquer atos para os servidores e servidoras permanecem válidos através do e-mail institucional, com presunção de ciência após de 72 horas da sua postagem, conforme já previsto na Resolução Nº 277, de 22 de dezembro de 2009.

A portaria considera o art. 5º, LVII, da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o princípio da presunção de inocência. No entanto, o documento também determina a publicação do nome do servidor ou da servidora em caso de decisão de penalidade.

Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco atua em quatro semanas de autoinspeção

No total, a iniciativa movimentou cerca de 450 mil processos nos dois anos

A gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto atuou em quatro semanas de autoinspeção do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), sendo duas em 2022 - no período de 25 a 29 de julho e de 28 de novembro a 2 de dezembro - e duas em 2023 - de 22 a 29 de maio e de 23 a 27 de outubro. No total, a iniciativa movimentou cerca de 450 mil processos nos dois anos.

Em 2022, o objetivo da Semana foi reduzir as taxas de congestionamento bruta e líquida do Tribunal de Justiça. Neste ano, foram movimentados 277.734 processos, entre físicos e eletrônicos.

Em 2023, a meta era reduzir a taxa de congestionamento líquida de conhecimento (TCLC), com foco nos processos que estavam sentenciados há mais de 60 dias. Participaram as unidades judiciárias de 1º Grau, Juizados Especiais e Centros Judiciários de Solução de

Conflitos e Cidadania (Cejuscs). Nas duas semanas realizadas no ano, mais de 160 mil processos foram movimentados, sendo 70 mil na primeira e 95 mil na segunda.

Durante a Semana de Autoinspeção 2023.2, os Juizados Especiais apresentaram resultados satisfatórios. Das 60 unidades do Estado, 44 alcançaram bom impulsionamento e tiveram uma taxa significativa de processos arquivados. Como uma forma de reconhecer o trabalho desempenhado, o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, e a juíza corregedora auxiliar para o Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais, Fernanda Pessoa Chuahy de Paula, enviaram ofícios de elogios parabenizando as unidades. Durante uma semana, os Juizados Especiais movimentaram 7.628 processos, e 3.890 foram arquivados.



ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA CORREGEDORIA APRIMORA SISTEMA DE CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Usuários e usuárias que utilizam o Sistema de Controle da Arrecadação das Serventias Extrajudiciais (Sicase) passaram a contar com uma ferramenta mais atualizada. A Assessoria de Tecnologia da Informação da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco incluiu mais atos em novas guias otimizadas. A atualização permitiu economia ao Tribunal de Justiça de Pernambuco e evita que o(a) cidadão(ã) realize o pagamento em duplicidade. O incremento de uma URL possibilitou que o cartório compartilhe um PDF para o(a) usuário(a) copiar e colar no internet banking do seu banco de preferência e, assim, fazer o pagamento.

O Sicase gerencia a arrecadação das receitas e do processamento financeiro dos cartórios através da emissão de guias pelo site do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Podem ser cobrados por meio do sistema os emolumentos (custos da prestação dos serviços notariais e de registro), a TSNR (Taxa de Utilização de Serviços Notariais e Registrais), o FERC (Fundo Especial de Registro Civil de Pernambuco) e o ISS (Imposto Sobre Serviços).

Corregedoria cria plataforma exclusiva para relatório de atividades docentes de magistrados e magistradas

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, por meio da Assessoria Especial e da Assessoria de Tecnologia da Informação, desenvolveu uma plataforma exclusiva para a inclusão de atividades docentes de magistrados e magistradas e produção de relatórios. A Docente Jus abrange também informações sobre participação de juízes e juízas na condição de palestrante, conferencista, presidente de mesa, moderador, debatedor ou membro de comissão organizadora. A plataforma foi disponibilizada no mês de abril de 2023.

As informações anexadas podem ser acessadas também pelo público em geral, sem a necessidade de login, no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na página da Transparência, em Gestão de Pessoas > Atividades de Docência dos Magistrados.

Na plataforma, podem ser conferidas informações como nome completo do(a) magistrado(a), instituição, disciplina e carga horária da atividade desenvolvida. “Era uma meta que nós tínhamos, desenvolver uma plataforma mais prática e acessível como essa”, frisou o então assessor especial da CGJ-PE, juiz Frederico Tompson. Anteriormente, todo o processo de inclusão das informações era realizado pelo Núcleo de Apoio a Juízes (NAJ) da Corregedoria por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).



ORIENTAÇÃO E SUPORTE

CGJ EM AÇÃO REDUZ INCONSISTÊNCIAS DE DADOS NO ESTADO



O corregedor-geral da Justiça do Estado, desembargador Ricardo Paes Barreto, esteve presente em todos os encontros acompanhado do então assessor especial da CGJ-PE, juiz Frederico de Moraes Tompson. A primeira reunião ocorreu no Polo Petrolina, Sertão do São Francisco, no dia 16 de março de 2023. Durante a abertura, o corregedor-geral destacou que o objetivo seria dar apoio aos magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário pernambucano, a fim de alcançar as metas estabelecidas pela CGJ-PE e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco reuniu, em 2023, juízes, juízas e chefes de secretaria de unidades judiciárias de todo o Estado em encontros com o objetivo de sanar as inconsistências de dados nos sistemas PJe – Processo Judicial eletrônico – e o Judwin – Controle de Processos. De iniciativa da gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto, a CGJ em Ação esteve em sete polos distribuídos no Sertão, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana, com servidores e servidoras da Auditoria de Inspeção da Corregedoria, da Assessoria de Tecnologia da Informação da CGJ-PE e do Comitê Gestor de Metas da Coordenadoria de Planejamento e Gestão (Coplan) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), para tirar dúvidas e promover debates.





“Cumprir metas, em nosso caso, não é apenas e tão somente uma operação abstrata de demonstração de que atingimos os objetivos estabelecidos, mas a certeza de que o alto nível de produtividade, a celeridade nas decisões e sua respectiva efetividade são a realização dos direitos fundamentais daqueles que se socorrem do Judiciário para pôr fim aos conflitos que tantos danos causam à paz social. Nosso compromisso é com a eficiência e com o bem, somente alcançados mediante o esforço firme e comum por todas as pessoas que integram o Tribunal de Justiça”, frisou o desembargador em seu discurso.

O segundo encontro foi realizado no Polo Serra Talhada (Sertão do Pajeú), no dia 30 de março. Em seguida, as reuniões foram realizadas em Caruaru (Agreste Central), em 13 de abril; Garanhuns (Agreste Meridional), no dia 27 do mesmo mês; na Mata Sul, na Comarca de São José da Coroa Grande, no dia 1º de junho; Região Metropolitana, em 07 de junho, na Comarca do Recife; e o último, no dia 15 de junho, na Comarca de Goiana, no Polo Mata Norte. Foram convocados juízes(as) e servidores(as) de 70 unidades judiciárias, que tiveram a missão de replicar os ensinamentos às demais unidades das comarcas.

Durante todos os encontros, os magistrados, as magistradas, e os(as)



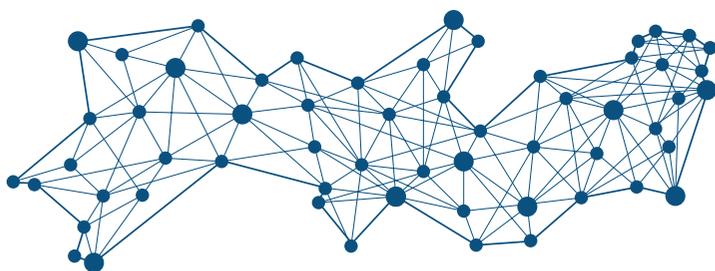
chefes de secretaria puderam verificar como corrigir os dados de classe, assunto, movimento, autor e réu, além de tirar dúvidas com as equipes da Auditoria de Inspeção da Corregedoria e da Coordenadoria de Planejamento e Gestão do TJPE. Ao final de cada reunião, foram promovidos debates com todos os participantes.

A CGJ em Ação foi instituída por meio do Ato Conjunto Nº 07, publicado na edição Nº 41 do Diário de Justiça Eletrônico (DJe), e assinado pelo presidente do TJPE no biênio 2022/2024, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, e pelo corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, também no biênio 2022/2024, desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto.



Encontros Regionais com foco em Planejamento e Eficiência

Reuniões aconteceram nos Polos de Petrolina, Serra Talhada, Garanhuns, Caruaru, Mata Sul, Mata Norte e Região Metropolitana



ENCONTROS REGIONAIS 2022
PLANEJAMENTO E EFICIÊNCIA TJPE

A edição de 2022 dos Encontros Regionais no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) teve como tema principal o planejamento e a eficiência do Poder Judiciário. Ao longo de sete reuniões nos Polos Petrolina, Serra Talhada, Garanhuns, Caruaru, Mata Sul, Mata Norte e Região Metropolitana, foram debatidos temas como Organização e Métodos de Gestão, Destinação de Valores, Processo Judicial Eletrônico (PJe), Governança de Dados, Rotina de Precatórios, Qualificação de dados do Judiciário, Metas de Eficiência e Cooperação entre as unidades, Alienação de Bens Apreendidos não vinculados a Processos Criminais. Os Encontros Regionais foram realizados em uma parceria da Presidência do TJPE e da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE).

Os desembargadores Ricardo de Oliveira Paes Barreto e Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, corregedor-geral e presidente do Poder Judiciário pernambucano no biênio 2022/2024, respectivamente, conduziram as reuniões, que contaram com as participações de demais desembargadores(a), juízes(as) e servidores(as) do TJPE.

Durante a abertura do último encontro, promovido no Polo Região Metropolitana, na Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco falou sobre a importância dos Encontros Regionais.

“Este evento traz muitos avanços para a magistratura pernambucana, para toda a nossa Corte de Justiça, aos nossos servidores e servidoras, para a sociedade. O nosso objetivo é difundir uma série de boas práticas do Judiciário pernambucano e para isso a Presidência do TJPE e a Corregedoria contam com magistrados e magistradas e com os servidores e servidoras da Casa, para juntos mantermos a busca pela eficiência jurisdicional, com a ajuda da tecnologia, mas sem esquecermos do lado humano”, disse o corregedor Ricardo Paes Barreto na ocasião.





O presidente do TJPE, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, citou os avanços do órgão e também a relevância das reuniões. “Passamos em todas as circunscrições, dialogamos com juízes e juízas, servidores e servidoras de todas as comarcas de Pernambuco, apresentando novas tecnologias e novas ideias de gestão para produzirmos mais e melhor para o povo de Pernambuco. Precisamos mostrar que isto é possível.”

DATA E COMARCAS

07 e 08/Julho | Polo Petrolina, com as seguintes comarcas: Afrânio, Araripina, Bodocó, Cabrobó, Exu, Ipubi, Lagoa Grande, Orocó, Ouricuri, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Trindade;

04 e 05/Agosto | Polo Serra Talhada, com as seguintes comarcas: Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Belém de São Francisco, Betânia, Carnaíba, Custódia, Flores, Floresta, Ibirimir, Inajá, Itapetim, Mirandiba, Parnamirim, Petrolândia, Salgueiro, São José do Belmonte, São José do Egito, Sertânia, Serra Talhada, Serrita, Tabira, Tacaratu, Terra Nova, Triunfo, Tuparetama, Verdejante;

25 e 26/Agosto | Polo Garanhuns, com as seguintes comarcas: Águas Belas, Alagoinha, Angelim, Bom Conselho, Buíque, Caetés, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jupi, Jurema, Lajedo, Panelas, Pedra, Saloá, Santa Maria do Cambucá, São João, Surubim, Venturosa, Vertentes;

15 e 16/Setembro | Polo Caruaru, com as seguintes comarcas: Altinho, Agrestina, Belo Jardim, Bezerros, Bom Jardim, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Felix, Caruaru, Cumarú, Cupira, Feira Nova, Gravatá, João Alfredo, Lagoa dos Gatos, Limoeiro, Orobó, Passira, Pesqueira, Poção, Pombos, Riacho das Almas, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Sairé, São Bento do Una, São Caetano, São Joaquim do Monte, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Toritama;

10 e 11/Novembro | Polo Mata Sul, com as seguintes comarcas: Água Preta, Amaraji, Barreiros, Catende, Cortês, Escada, Gameleira, Maraial, Palmares, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Vitória de Santo Antão;

22 e 23/Novembro | Polo Mata Norte, com as seguintes comarcas: Aliança, Carpina, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitanga, Lagoa de Itaenga, Macaparana, Moreno, Nazaré da Mata, Paudalho, São Lourenço da Mata, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência;

15 e 16/Dezembro | Polo Região Metropolitana, com as seguintes comarcas: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista.

CGJ cria sistema para monitoramento de metas e procedimentos



Uma outra ferramenta lançada pela gestão do desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto foi o ADMetas, também criado pela Assessoria de Tecnologia da Informação da CGJ-PE, e que compila dados referentes às metas próprias da Corregedoria, assim como apresenta o andamento de procedimentos em tramitação no órgão. A ferramenta pode ser acessada por todos(as) os(as) servidores(as) e magistrados(as) da Corregedoria.

Por meio de uma interface amigável e intuitiva, o sistema apresenta dados sobre as metas e diretrizes da Corregedoria Nacional de Justiça, que delimitam um plano de ação para todos os órgãos do Poder Judiciário que exercem função correccional, estabelecendo objetivos para o andamento dos processos disciplinares e definindo prioridades e linhas de atuação nos cinco segmentos da Justiça, na busca pela melhoria da prestação jurisdicional. O ADMetas foi inspirado no Sistema de Informação da Corregedoria (SiCor), desenvolvido pela Assessoria de TI da Corregedoria. De acordo com o assessor Alan Teles, as informações são atualizadas diariamente.

Juizados Especiais de Pernambuco concluem conversão dos autos físicos para o PJe

Os 60 Juizados Especiais de Pernambuco concluíram, em novembro de 2023, a conversão dos autos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). Ao todo, foram digitalizados e convertidos 3.856 processos. A iniciativa



considerou que a conversão da tramitação do meio físico para o eletrônico, mediante digitalização das peças processuais necessárias e protocolamento do feito no Sistema PJe, além de desafogar as secretarias judiciárias, iria contribuir para acelerar o encerramento dos processos físicos, bem como para a racionalização dos recursos orçamentários do Poder Judiciário.

Em 2023, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, e o corregedor-geral da Justiça do Estado, desembargador Ricardo Paes Barreto, divulgaram duas instruções normativas conjuntas - Nº 09 e Nº 11/2023 - para disciplinar a conversão da tramitação do meio físico para o eletrônico mediante digitalização das peças processuais e protocolamento no âmbito dos Juizados Especiais e Turmas Recursais. O trabalho teve o apoio de servidores(as) indicados(as) pela Corregedoria Auxiliar do Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais.

PROGRAMA EFICIÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS: EFICIJUS VISA CUMPRIMENTO DAS METAS DO CNJ

Por meio da Portaria Nº 50/2023, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco instituiu o Programa Eficiência nos Juizados Especiais: EfiJus. A iniciativa teve como objetivo promover capacitações para garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O programa teve início no mês de maio. A primeira etapa ocorreu com a capacitação de assessores(as) e chefes de secretaria dos Juizados Especiais, com abordagem interdisciplinar e enfoque em liderança e gestão. O EfiJus conta com a supervisão da Corregedoria Auxiliar dos Juizados Especiais, em parceria com a Coordenadoria dos Juizados e a Escola Judicial de Pernambuco (Esmape).

O encontro com os servidores e servidoras dos Juizados Especiais foi promovido na Esmape. O juiz Élio Braz, coordenador executivo da Governança do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), foi o responsável por iniciar as dinâmicas no período da manhã, que tiveram como foco a escuta. “Nós quisemos trabalhar o sentimento de pertencimento dos servidores e servidoras dentro de uma técnica de círculo restaurativo. A Justiça restaurativa trabalha com alguns princípios, o

principal deles é o pertencimento. E nós nós trabalhamos nisso, para que todos se sentissem integrados. Construir os Juizados de Pernambuco significa também construir pessoas e desenvolver habilidades que possam fazer a prestação jurisdicional cada vez mais célere, com mais atenção ao público”, explicou o magistrado.

Durante o encontro, os servidores e servidoras puderam relatar suas experiências, dificuldades e pontos positivos que fazem parte do dia a dia dos Juizados. “Nossa expectativa é de que após essa capacitação haja mais empatia, que ela venha a ser colocada como um norte em todas as relações que envolvam não só os servidores e servidoras, mas também o público e, acima de tudo, os gestores e gestoras. Além disso, esse encontro permitiu o surgimento de várias ideias. São muitas pessoas, muitas histórias”, relatou à época o servidor Severino Tomé, chefe de secretaria do 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Paulista. À tarde, as juízas Fernanda Chuahy de Paula e Nalva Cristina Campello conduziram a capacitação. Em 2024, a Corregedoria Auxiliar dos Juizados Especiais dará continuidade ao programa.



EFICIJUS
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA NOS
JUIZADOS ESPECIAIS

CURSOS SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA CONTAM COM PARTICIPAÇÃO DA CGJ-PE



Durante o ano de 2023, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) atuou, em conjunto com a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), na realização dos cursos Básico em Regularização Fundiária e de Registro de Imóveis em Regularização Fundiária Urbana, destinados ao aperfeiçoamento dos integrantes do Programa Moradia Legal Pernambuco (PMLPE) e que tiveram como público-alvo instituições parceiras, equipes dos municípios e dos cartórios de registros de imóveis. Ao todo, foram 13 turmas ao longo do ano.

Instituído em 2018 por iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, o PMLPE busca implementar medidas jurídicas e administrativas junto às equipes das prefeituras e dos cartórios de registro imobiliário, a fim de dar efetividade ao direito à moradia e, portanto, o direito à cidade, previsto na legislação brasileira, que compreende o direito de viver em condições dignas, adequadas e saudáveis do ponto de vista urbanístico, ambiental e legal. O programa foi instituído por meio do Provimento Conjunto Nº 01/2018, publicado em 5 de junho de 2018, na edição Nº 102 do Diário de Justiça eletrônico (DJe). O ato define as diretrizes e os objetivos do programa.

A CGJ-PE também esteve presente nas entregas de títulos de propriedade a famílias de diversos municípios pernambucanos. De junho de 2018 até setembro de 2023, mais de 17 mil habitações foram regularizadas, beneficiando mais de 60 mil pessoas.

Em dezembro de 2023, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco também participou de um encontro no Tribunal de Justiça de Pernambuco que reuniu representantes dos Tribunais de Justiça do Maranhão, Paraíba, Paraná, Bahia e Alagoas para apresentar o Programa Moradia Legal Pernambuco. Em seu discurso de abertura, o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, destacou o trabalho em conjunto para a realização do programa.

“O Poder Judiciário coordena e fomenta ações necessárias, celebrando acordos de cooperação técnica e adesão com órgãos dos três entes da federação. O sucesso do programa é a união com diversas entidades parceiras viabilizando a formação, conhecimento técnico e concretização das entregas dos títulos de propriedade aos cidadãos”, salientou.





A ideia para a realização do encontro no TJPE surgiu durante a 4ª Reunião do Fórum Fundiário Nacional das Corregedorias-Gerais da Justiça, sediada em São Luís, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). No encontro, a assessora especial da CGJ-PE, juíza Roberta Viana Jardim, e a coordenadora-adjunta do programa, Sara Lima, apresentaram as experiências e os avanços da iniciativa. A magistrada participou, ainda, do Seminário Reflexos dos Procedimentos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) nos Processos Judiciais, na Semana de Regularização Fundiária, no segundo semestre de 2023.

Também no ano passado, a iniciativa recebeu o certificado de menção honrosa concedido durante a entrega do Prêmio Solo Seguro, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de valorizar e disseminar ações reconhecidamente exitosas, práticas inovadoras e de sucesso que contribuam para o aprimoramento do combate às ocupações irregulares. A entrega foi realizada em outubro na sede do CNJ, em Brasília, com as presenças da assessora especial da CGJ-PE, juíza Roberta Viana Jardim, e da coordenadora-adjunta do programa, Sara Lima.

SEÇÃO DE BUSCAS DA CORREGEDORIA ATENDE MAIS DE 5 MIL SOLICITAÇÕES

A Seção de Buscas da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) atendeu, na gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto, mais de 5.300 solicitações de certidões de nascimento, casamento, óbito e pedido de registro tardio. Os pedidos são enviados aos cartórios de registro civil de pessoas naturais de Pernambuco e demais serventias extrajudiciais. O setor, instituído por meio da Resolução Nº 312/2011, presta atendimento ao público predominantemente em situação de vulnerabilidade social. Entre as atividades desenvolvidas pela Seção de Buscas, está o envio de ofícios regulares aos cartórios, orientações aos solicitantes, análise das solicitações e pesquisa na Central de Informações do Registro Civil (CRC), dentre outras.

O atendimento é gratuito e ocorre de forma presencial no térreo do Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, número 593, localizado no Bairro de Santo Antônio, Recife, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. Também é possível entrar em contato por telefone - (81) 3182.0825/0828 - ou por e-mail cgj.buscas@tjpe.jus.br.

Além do atendimento ao cidadão e à cidadã, a Seção de Buscas também auxilia a Secretaria Geral da CGJ-PE, o público interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco e externo - Corregedorias dos demais estados da Federação, Tribunais, Defensoria Pública, Ministério Público, Conselho Tutelar, CRAS, Instituto de Identificação Tavares Buriel.

CORREGEDORIA PÚBLICA NOVO REGIMENTO INTERNO

Em setembro de 2022, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) lançou um novo Regimento Interno. O documento trouxe atualizações em relação a estrutura da Corregedoria, com uma revisão geral para unificar a consulta em uma única norma e consolida as regras já existentes, constantes de diversos provimentos e outros atos normativos. A finalidade é esclarecer e orientar os(as) juízes(as) de direito, serventuários(as) e funcionários(as) da Justiça, bem como os(as) notários(as) e registradores(as), quanto à aplicação das leis no tocante aos serviços judiciais e extrajudiciais.

Com 54 páginas divididas em 22 capítulos, o documento detalha as competências de todos os setores que integram a CGJ. Além disso, também traz informações sobre atividade correicional, inspeções, e processos administrativos.

A criação do novo Regimento Interno foi realizada a partir do trabalho desenvolvido pela comissão instituída pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Paes Barreto. O grupo foi composto pelos então assessores especiais da Corregedoria, juízes Frederico de Moraes Tompson e André Vicente Pires Rosa, pelo corregedor auxiliar do Serviço Extrajudicial, juiz Carlos Damião Pessoa Costa Lessa, e pela secretária-geral da Corregedoria Geral da Justiça, Anna Karolina Costa de Oliveira.

CGJ atualiza Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) elaborou um novo Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado. Os provimentos Nº 12/2023, Nº 17/2023 e Nº 18/2023 alteraram e revogaram artigos do provimento Nº 11/2023 (edição Nº 123/2023 do DJe), que estava em vigor desde o dia 13 de julho de 2023. O código estabelece as normas técnicas que devem ser observadas, em caráter imediato e específico, por tabeliães de Notas e oficiais de Registro. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Segundo a normativa, os serviços notariais e de registro são realizados através das serventias extrajudiciais, assim definidas: Tabelionato de Notas; Tabelionato de Protesto de Títulos; Registro Civil das Pessoas Naturais; Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas; e Registro de Imóveis.

O documento foi desenvolvido pela Comissão Permanente de Revisão do Código de Normas. Em 2023, integraram a comissão: o juiz corregedor auxiliar para o Serviço Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, Carlos Damião Pessoa Costa Lessa; e os(as) delegatários(as) Roberto Lúcio de Souza Pereira, Paulo Roberto Olegário de Souza, Pauliana Siqueira Porto, Ricardo Rage Ferro, Alda Lúcia Paes Soares de Souza, Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho, Dan Lúcio Rosado, Odilon Pereira da Cunha Filho, Roseana Andrade Porto, Artur Osmar Novaes Bezerra Cavalcanti, Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, Daniele Gomes Nascimento Tudela e Celma Laurinda Freitas Costa.



INSTRUÇÃO ATUALIZA NORMAS PARA ATUAÇÃO DE OFICIAIS(LAS) DE JUSTIÇA

De iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), foi publicada a Instrução Normativa Nº 04, de 18 de maio de 2023, com a atualização das normas que regem o trabalho de oficiais e oficiais de justiça em todo o Estado e o funcionamento das Centrais de Mandados (Cemandos). O documento incorporou os avanços tecnológicos provocados pela pandemia da Covid-19, como a intimação das partes por meio eletrônico e virtual (e-mail, WhatsApp).

A minuta da instrução foi elaborada pela CGJ-PE, com apoio da Assessoria Técnica, após reivindicações da categoria feitas ao corregedor-geral. Os encontros com oficiais do Tribunal de Justiça de Pernambuco incluíram integrantes do sindicato.



Corregedoria expande Central de Mandados nas Comarcas de 2ª Entrância

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) expandiu a Central de Mandados (Cemando) nas Comarcas de 2ª Entrância. O Provimento Nº 02/2022, assinado pelo corregedor-geral, desembargador Ricardo Paes Barreto, foi publicado em fevereiro de 2022 e cria a unidade em 17 municípios que possuem mais de uma serventia judicial e ainda não contavam com essa instituição. O objetivo da medida foi tornar mais eficiente e agilizar a distribuição e o cumprimento dos mandados.

A Cemando passou a funcionar nas comarcas de Água Preta, Araripina, Belo Jardim, Bezerros, Escada, Gravatá, Limoeiro, Moreno, Ouricuri, Paudalho, Pesqueira, Salgueiro, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Surubim e Timbaúba.

Os municípios terão os seus territórios subdivididos em zonas, para garantir a otimização do trabalho de oficiais e oficiais de Justiça. Outras 20 Comarcas já contavam com Cemandos. Com a expansão, apenas quatro de serventias judiciais únicas ficaram sem contar com a unidade.

COMPETÊNCIA - As Cemandos são as unidades responsáveis por distribuir para oficiais e oficiais de Justiça os mandados encaminhados pelas unidades judiciais. Cabe aos oficiais o cumprimento e devolução dos mesmos às Centrais para remessa às unidades judiciais.

Apenas Comarcas de Vara Única não contam com Cemandos. As unidades de 3ª Entrância também contam com a atuação das Centrais para organizar e agilizar o cumprimento dos mandados judiciais.

Diretoria Regional do Agreste ganha novas instalações

Em novembro de 2022, foram inauguradas as novas instalações da Diretoria Regional do Agreste, localizada no Fórum Demóstenes Batista Veras, na Comarca de Caruaru. A reforma contou com apoio da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE). A unidade ganhou um espaço mais amplo e novas estações de trabalho para os(as) servidores(as). O evento de inauguração foi realizado no dia 24 com a presença do corregedor-geral da Justiça do Estado, desembargador Ricardo Paes Barreto, que também entregou diplomas de mérito pelos serviços prestados à sociedade aos juízes José Tadeu dos Passos e Silva, diretor do Foro, José Adelmo Barbosa, e à juíza Ana Roberta Freitas, titular da Diretoria.

A Diretoria Regional foi instalada em 2017, contando com 18 servidores(as) e 12 unidades vinculadas. Atualmente, as unidades passaram pra 20 e o número de servidores(as) cresceu para 51. “Eu sou muito grata ao corregedor e ao Tribunal por essas novas instalações. Este espaço veio em um excelente momento para que a gente possa acomodar melhor e trazer uma melhor qualidade de vida para os servidores e prestar um melhor serviço para as unidades, nos preparando também para a expansão, tendo em vista que temos uma capacidade máxima de trabalhar com 54 unidades aderentes vinculadas à Diretoria Regional”, destacou a juíza Ana Roberta na solenidade.

Antes da inauguração, no mês de março, o corregedor-geral se reuniu, no Fórum Thomaz de Aquino, com integrantes da Diretoria para discutir a ampliação da unidade. Durante a reunião foram observadas as demandas necessárias para a ampliação da Diretoria, como a estrutura física para abrigar a unidade, equipamentos e servidores para o trabalho. Também foram discutidos o controle dos bens apreendidos no Depósito Judicial e a realização de leilões, conforme observa a Instrução Normativa Nº 02/2022 e a Recomendação Nº 01 de 2022 da CGJ-PE.

Em seguida, em abril, o desembargador Ricardo Paes Barreto visitou a unidade, quando uma série de medidas necessárias começaram a ser implementadas para ampliação, incluindo a desocupação da área que ficava ao lado, onde funcionava o Depósito Judicial, com adição de procedimentos para a alienação dos bens, cuja destinação já se encontrava determinada pelos Juízos competentes. Todas as ações foram realizadas em conjunto pela Corregedoria Geral, Diretoria do Foro, Diretoria Regional do Agreste e Administração do Fórum da Comarca de Caruaru.





ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Corregedor de Pernambuco participa de cinco edições do Encoge

Durante os dois anos frente à Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, o desembargador Ricardo Paes Barreto esteve presente em cinco edições do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge). Os eventos foram promovidos pelos Tribunais de Justiça do Tocantins, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Sul e Maranhão com o objetivo de trocar experiências e discutir temas relevantes para a consolidação e o aperfeiçoamento das atividades correicionais, bem como estimular a inovação no Poder Judiciário.

O primeiro encontro em que participou ocorreu de forma virtual e foi realizado pelo Tribunal de Justiça do Tocantins em abril de 2022. A 89ª edição teve como tema central a Inovação e Humanização na Atuação das Corregedorias.

O 90º encontro foi realizado no Mato Grosso do Sul. O evento foi voltado para



a atuação das “Corregedorias como instrumento de cidadania e transformação social”. Já a 90ª edição, na Bahia, trouxe como tema a “Cooperação, tecnologia e cidadania: Corregedorias sem fronteiras”.

Em 2023, o desembargador Ricardo Paes Barreto participou da 91ª edição do Encoge, no Rio Grande do Sul, que debateu “As Corregedorias Gerais da Justiça e as demandas sociais estratégicas”. O evento contou com painéis e palestras sobre assuntos que atualmente têm demandado a atuação





administrativa das Corregedorias no âmbito da gestão judiciária eficaz, do sistema penitenciário, da infância e juventude, das estratégias alternativas ao ajuizamento das ações de massa, dos registros civis e da regularização fundiária, entre outras iniciativas.

No Maranhão, o corregedor-geral participou da 92ª edição do Encoge, que teve como tema “Justiça Para Todos: Estratégias Inovadoras para uma Sociedade Pacífica e Inclusiva”. A programação também contou com a realização do Módulo de Atividades e Alocação de Trabalho (MAAT) e uma roda de leitura com internos do sistema prisional, além de oficinas simultâneas nas áreas de Infância e Juventude – sobre o projeto ApadrinARTE -, Cível – sobre Reengenharia de Demandas Executivas Fiscais -, Criminal – sobre o projeto “Virando a página: remição pela Leitura” -, e Extrajudicial – sobre Governança Multinível da CGJ/MA no Extrajudicial.



Desembargador Ricardo Paes Barreto toma posse como 2º tesoureiro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça

O corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, tomou posse, no dia 9 de janeiro de 2023, como 2º tesoureiro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE). A nova comissão executiva, à frente da entidade em 2023, foi eleita durante o 90º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), que aconteceu no Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), nos dias 9 e 10 de novembro de 2022.

Também assumiram o corregedor-geral do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano (presidente); o corregedor-geral da Justiça de São Paulo, desembargador Fernando Antônio Torres Garcia (1º vice-presidente); o corregedor-geral do Tribunal de Justiça de Rondônia, desembargador José Antonio Robles (2º vice-presidente); o corregedor-geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior (1º secretário); e o corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, desembargador J. J. Costa Carvalho (1º tesoureiro).

CORREGEDOR-GERAL RECEBE REPRESENTANTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE TODO O PAÍS E DE DIVERSOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES



O objetivo foi apresentar as ações realizadas pela CGJ-PE durante a gestão e estreitar relações entre os órgãos de Justiça, instituições e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário

O desembargador Ricardo Paes Barreto se reuniu com diversos integrantes do Judiciário de todo o Brasil, entre eles, membros do Tribunal de Justiça do Piauí e do Mato Grosso, com o objetivo de apresentar as ações realizadas pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco durante sua gestão e estreitar relações entre os órgãos de Justiça.

A comitiva do Piauí, composta pelo corregedor-geral, desembargador Olímpio José Galvão, e equipe conheceu os sistemas e metodologia de trabalho adotados pela CGJ-PE para o monitoramento, fiscalização e orientação de magistrados(as) e servidores(as). Já o corregedor-geral do Mato Grosso, desembargador Juvenal Pereira da Silva, e





sua equipe teve acesso a diversos projetos da atual gestão da Corregedoria de Pernambuco, entre eles, o ADMetas, que compila dados referentes às metas próprias da Corregedoria, assim como apresenta o andamento de procedimentos em tramitação no órgão.

O desembargador Ricardo Paes Barreto recebeu, ainda, no Fórum Thomaz de Aquino, o embaixador da Eslovênia no Brasil, Gorazd Rencelj, e o Cônsul Honorário do país em Pernambuco, Rainier Michael. Também estiveram no gabinete da Corregedoria representantes sindicais, do Ministério Público de Pernambuco, e dos poderes Executivo e Legislativo.





Fórum Thomaz de Aquino recebe iniciativa do Instituto Banco Vermelho de combate à violência contra mulher

O TJPE foi a primeira Corte de Justiça a aderir à campanha e o prédio da CGJ uniu-se a outros 25 locais do Recife a contar com a intervenção

O Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, localizado no Bairro de Santo Antônio, Centro do Recife, recebeu, uma iniciativa do Instituto Banco Vermelho que tem como objetivo combater o feminicídio e prevenir a violência contra a mulher. A inauguração foi realizada no dia 20 de dezembro de 2023, em solenidade comandada pelo corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, com a presença da Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica, desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira e do diretor-geral da Escola Judicial (Esmape) no biênio 2022/2024, desembargador Francisco Bandeira de Mello. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi a primeira Corte de Justiça a aderir à campanha, reafirmando o compromisso do Poder Judiciário pernambucano no combate à violência contra as mulheres.

A iniciativa foi articulada pelo Instituto Banco Vermelho junto a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência

Doméstica. O prédio em que funciona a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) uniu-se a outros 25 locais da capital pernambucana e passou a contar com um banco vermelho e assentos na cor vermelha para chamar a atenção da população sobre o tema e divulgar os canais de denúncia.

“É muito representativo ter esse apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Nosso movimento é de luta contra o feminicídio e qualquer violência de gênero”, explicou a diretora do Instituto Banco Vermelho, Andrea Rodrigues. O movimento teve início em 2016 na Itália e, em seguida, espalhou-se por países da Europa e América do Sul, chegando ao Brasil em 2023. Recife foi a primeira cidade a receber a iniciativa. “Nosso objetivo é estar em praças, parques públicos, nos shoppings, entre outros locais”, completou a diretora.

No banco vermelho instalado em frente ao Fórum Thomaz



de Aquino, estava a seguinte frase: “A vida começa quando a violência acaba (Maria da Penha). Lutamos contra o feminicídio e toda forma de violência à mulher”. Ao lado, há uma placa com canais de ajuda em Pernambuco. “É um banco que traz uma mensagem importante e que todos podem entender e ajudar. O banco é vermelho porque representa o sangue das mulheres que já foi derramado pelo feminicídio e por qualquer tipo de violência”, finalizou Andrea Rodrigues. O Instituto também foi representado pela diretora-executiva Paula Limongi.

Os assentos na cor vermelha também foram instalados nos salões onde funcionam a 3ª e a 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, localizadas no 1º andar do Fórum Thomaz de Aquino. Nos locais são realizados julgamentos de crimes dolosos ou intencionais contra a vida, como, por exemplo, casos de feminicídio.

“A conscientização do combate ao feminicídio e violência contra a mulher é um tema de suma importância. Eu sempre me preocupei e continuarei a me preocupar com isso. Ano passado, a desembargadora Daisy Andrade participou dos Encontros Regionais. Percorremos todas as regiões do Estado, de Petrolina até a Capital, falando com magistrados, magistradas, servidores e servidoras do TJPE e preocupados com a divulgação da causa. E eu gostaria de agradecer ao Instituto pela iniciativa e à desembargadora por toda dedicação”, disse o corregedor-geral.

A desembargadora Daisy Maria de Andrade falou sobre o papel da Coordenadoria da Mulher. “Eu costumo dizer que quando chega até nós tudo já aconteceu. O Poder



Judiciário é a última porta e por isso que existe essa Coordenadoria, para que possamos trabalhar a gestão dessa política de enfrentamento da violência contra a mulher na perspectiva da prevenção. O Poder Judiciário tem o papel de auxiliar o que for possível junto com todo o sistema de Justiça”, destacou.

Também presente, a assessora especial da CGJ-PE, juíza Roberta Viana Jardim, foi convidada pelo corregedor-geral para falar sobre a iniciativa. A magistrada ressaltou a importância de ações de combate à violência doméstica e abordou a possibilidade de expandir a campanha a outros prédios do Poder Judiciário pernambucano.

Participaram, ainda, o desembargador Mauro Alencar de Barros (supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo do TJPE e coordenador da área criminal do Tribunal); a juíza corregedora auxiliar para o Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais, Fernanda Chuahy de Paula; além de outros integrantes do sistema de Justiça.



CGJ-PE e IITB realizam mutirão voltado a magistrados(as), servidores(as) e terceirizados(as) da Corregedoria



A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) e o Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB), vinculado à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), realizaram, no segundo semestre de 2023, um mutirão para a expedição da Carteira de Identidade Nacional (CNI). A ação, ocorrida no Fórum Thomaz de Aquino de forma gratuita, foi voltada a magistrados(as), servidores, servidoras e funcionários(as) terceirizados(as) da Corregedoria.

O corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, e o juiz corregedor auxiliar para o Serviço Extrajudicial, Carlos Damiano Lessa, acompanharam

o início do mutirão, no dia 29 de agosto, e também foram atendidos. O diretor-presidente do IITB, Paulo Jeann Barros Silva, explicou que essa iniciativa foi realizada em diversos órgãos. “Já realizamos esse mutirão no TRE, TRF, Detran-PE, Receita Federal, dentre outros. E é uma oportunidade para não precisar se deslocar”, disse. O desembargador Ricardo Paes Barreto agradeceu pela parceria com o IITB em diversas ações do Poder Judiciário.

“É uma forma de publicizarmos esse novo RG que deverá ser lançado ao grande público em meados de novembro”, explicou o comissário de Polícia Civil e coordenador das ações institucionais do IITB, Márcio Carvalho.

A servidora Mariza Pimentel, da Auditoria de Inspeção da CGJ-PE, foi uma das primeiras a receber atendimento. “A oferta desse serviço aqui no Fórum foi ótimo e facilitou o acesso. Eu estava precisando de um novo documento porque o meu era muito antigo”, relatou. A ação realizada no Fórum Thomaz de Aquino contou com a parceria do Gabinete de Apoio Institucional do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Aniversários da CGJ-PE durante gestão do desembargador Ricardo Paes Barreto reuniram autoridades e servidores(as)



À frente da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco no biênio 2022/2024, o desembargador Ricardo Paes Barreto, reuniu diversas autoridades, integrantes do sistema de Justiça e servidores(as) nas comemorações dos 51 e 52 anos da CGJ-PE. Em 2022, a celebração foi marcada pelo resgate da história. Durante toda a solenidade, a missão da Corregedoria e a importância do órgão para o funcionamento do Judiciário foram enaltecidas. A inauguração da Galeria Virtual de Corregedores Gerais da Justiça abriu o evento. A partir daquele momento, a história de todos os corregedores que estiveram à frente do órgão passou a estar disponível página da Corregedoria, situada no site do TJPE. Um QR Code, instalado no espaço físico que abriga as imagens dos 30 desembargadores que estiveram à frente do órgão, também direciona as pessoas para o ambiente virtual.



Também foi promovido o lançamento do livro “A arte de Francisco Brennand na Corregedoria-Geral da Justiça”, que encerrou a solenidade. A obra, produzida pela CGJ e pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), reúne todo o acervo disponível no gabinete do corregedor-geral produzido pelo renomado artista plástico pernambucano. As 32 pinturas, com a temática da Justiça, foram adquiridas em 1997. Uma edição impressa da publicação foi entregue à filha de Brennand, Maria Helena, que esteve na solenidade.

No ano seguinte, em 2023, a comemoração contou com a apresentação do novo site da CGJ-PE. A página trouxe um layout mais limpo, com navegação simples e prioriza um acesso mais fácil às informações

da Corregedoria. O projeto foi elaborado pelas equipes da Assessoria de Comunicação da Corregedoria (Ascom-CGJ) e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Houve, ainda, o lançamento do livro “Corregedores-Generais da Justiça Pernambucana: De 1971 a 2023”, realizado em parceria da Corregedoria com o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), e que conta as histórias de todos os corregedores-gerais da Justiça do Estado desde a sua instalação até os dias atuais.

Nas duas solenidades, foram entregues homenagens a autoridades e entidades que prestam ou prestaram relevantes serviços à sociedade pernambucana.

MAIS DE 100 PERSONALIDADES, ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES RECEBEM HOMENAGENS

Foram agraciados em eventos promovidos pela CGJ integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; membros do sistema de Justiça; do Tribunal de Contas do Estado; membros de associações e de instituições parceiras

Como uma forma de reconhecer publicamente pessoas físicas e jurídicas, empresas e instituições estatais que tenham atuado de maneira convergente com as missões institucionais da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, o desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto realizou mais de 100 homenagens em sua gestão. As honrarias foram entregues em solenidades comemorativas - a exemplo das celebrações dos 51 e dos 52 anos da CGJ-PE, realizadas no Fórum Thomaz de Aquino -, durante o encerramento dos Encontros Regionais 2022, além de eventos



no gabinete da Corregedoria.

As honrarias foram conferidas ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no biênio 2022/2024, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo; a desembargadores e desembargadora do Poder Judiciário estadual; ao então governador Paulo Henrique Saraiva Câmara; à governadora Raquel Teixeira Lyra Lucena; a juízes, juízas, servidores e servidoras do TJPE; a integrantes dos poderes Executivo Estadual e Municipais; a deputados e deputadas da Assembleia Legislativa de Pernambuco; a membros do Tribunal



de Contas do Estado; a jornalistas; e instituições parceiras, a exemplo da Associação dos Notários e Registradores do Estado de Pernambuco (Anoreg/PE) e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco (Arpen/PE); dentre outros. A lista completa pode ser acessada no site da CGJ-PE. Além da entrega de placa e dos diplomas, o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco no biênio 2022/2024 também promoveu diversos encontros.

Em dezembro de 2022, por meio do Ato Nº 03, foi instituído o Regimento de Outorga das Homenagens Relativas ao Aniversário da Corregedoria Geral



da Justiça do Estado de Pernambuco. Segundo o documento, a honraria será concedida em classe única, anual e entregue na solenidade de aniversário da CGJ-PE. O ato também definiu os homenageados natos e que a escolha dos agraciados não natos será de competência exclusiva do corregedor-geral da Justiça, que dará ciência ao Conselho da Magistratura.



O objetivo foi reconhecer publicamente os serviços prestados à sociedade pernambucana e agradecer a parceria com a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco durante os dois anos de gestão



Além de entregar, o desembargador Ricardo Paes Barreto também foi homenageado em diversas ocasiões. Em junho de 2022, o corregedor-geral foi condecorado com a Medalha Roberto Lyra, maior honraria concedida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE). No mesmo ano, recebeu, ao lado de outros cinco desembargadores do TJPE, incluindo o desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, o Prêmio Leão do Norte, da Revista Total, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Pernambuco. No ano de 2023, o desembargador foi agraciado com o Título de Cidadão de Nazaré da Mata. A homenagem foi formulada pelo presidente da Câmara de Vereadores do Município, Nino Nascimento. Além disso, recebeu o Troféu Embaixador da Paz, concedido pela Revista Total. A CGJ-PE também foi homenageada pelo veículo de comunicação, com o Troféu Águia Dourada. Ao final de 2023, recebeu um voto de aplauso concedido pela Câmara Municipal do Recife por iniciativa do vereador Victor André Gomes, e a Comenda João Tavares Pires Buriel, outorgada pelo Instituto de Identificação

Tavares Buriel (IITB) como forma de homenagear autoridades, servidores públicos e parceiros da sociedade civil que contribuem direta ou indiretamente na prestação de serviços do Instituto de Identificação Tavares Buriel IITB/PCPE/SDS, voltados à segurança pública e à cidadania.



QUEM INTEGRA A CGJ-PE

Acácia Tavares de Souza	Carlos Antônio C. Nascimento	Enéas Costa Duarte	Hugo Leonardo de Sousa Andrade
Adriana Cristina dos Santos Silveira	Carlos Antônio Lima de Andrade	Érick Marçal Garcia	Ielbete Camelo Pessoa
Adriana Karine B. B. Catão Mendonça	Carlos Frederico Fragoso Correia	Erika Spencer Rodrigues Coutinho	Igor Diego da Silva Ramos
Alan Almeida Pinheiro Teles	Carlos Henrique Ferreira da Rocha	Etiene Maria Gomes Chagas	Inajan Antônia Marcionila
Alana Danielle de Andrade	Cinthia Filizzola Falcão Bezerra	Euclides Antonio P. C. Machado Neto	Ivens Leonidas Ramos
Alda Alves Nery da Fonseca	Cláudia Mascarenhas Leite	Fabiana Karla de França Lopes	Izaías Silva de França
Alessandra Severiano Braz	Cleane Maria Carolina de Santana	Felipe Lima Vieira	Jaime Barbosa da Fonseca
Alexandre José Cavalcanti de Moura	Cleiton Severino dos Santos	Felipe Pereira da Silva	Jair Rocha de Oliveira Filho
Alexsandro Pereira Mota	Daniela Souza de Mascena	Fernanda Nascimento de L. Campos	Joalison Lima Alves
Amanda dos Santos Arruda	Danielle Amália Silva	Fernando Falcão Morais	João Filipe da Silva Brayner dos Santos
Amanda Virgínia Torres	Dayse Micheline Lopes Pimentel	Flávio Fernando B. M. de Andrade	João Heleno Caúla de Souza
Ana Cristina Pontes de Carvalho	Denilson França da Silva	Francisco Felipe Cardoso de Siqueira	Joao Paulo Nery dos Santos
Ana Lúcia de Azevedo Felix	Diana Alice de A. Cavalcanti Padilha	Francismar Marcelino da Silva	Jorge Rodrigo de Lima Matos
Anderson Tenório Vieira	Diana Moreira de Brito Sousa	Gabriela Cireno C. de Cerqueira	José Abílio de Souza Filho
Andréa Valiatti do Prado	Diogo Henrique Elias de Souza	Gentil Barbosa da Veiga Neto	José Artur Rabelo Maciel
Anna Karolina Costa de Oliveira	Edla Figueiroa Souza Dias	Gilson Pereira de Melo	José Carlos Alves Bachmann
Antônio Francisco S. de Gouvêa Vieira	Edson Sabino dos Santos Júnior	Giovanna Tenório Santos	José Henrique Oliveira da Silva
Arlindo Cavalcanti dos S. Sobrinho	Eduardo de Miranda	Glória Maria da C. Lima Cavalcanti	José Ricardo Aranha de Oliveira
Arthur Eduardo Sá de Melo Cavalcanti	Elias Francisco Damásio Júnior	Guilherme José Ribeiro Nogueira	Josefa Maria de Santana
Bruna Borba Emery	Eliete Severina Siqueira Campos	Hadriel Nogueira de Carvalho	Josué Antônio Fonseca de Sena Filho
Carlos Alberto Delmondes Bentinho	Elizangela Maria Corrêa de O. Andrade	Héverton Hipolito Alves de Medeiros	Jozival Claudino da Silva

Juliana Leite Reis	Maria Célia Gomes Vasconcelos	Nildo Alves do Couto	Talyta Roméria Nóbrega Borja Melo
Karina Augusta de M. e L. Cavalcanti	Maria Coeli Carneiro Ximenes	Patrícia Anne de Carvalho Figuerêdo	Tarcísio Morais de Freitas
Karla Rodrigues Pontes de Queiroz	Maria da Conceição de Santana	Paulo Roberto Gonçalves P. Mesquita	Tassiana Leite Perazzo
Karline de Valesio Pinto Filho	Maria de Fátima Dias Coelho	Paulo Vinícius dos Santos Rodrigues	Ten. Cel. Sérgio André de S. Leão Cintra
Kira Alves Silva Castelar	Maria de Fátima Falcão de Andrade	Pedro Thiago Ochoa de S. C. Veras	Tereza Cristina Nobre de Souza Moura
Lenira Maria de Fontes Santos	Maria de Fatima Marques da Silva	Petrus Giovanni Costa de Araújo	Uyara Ferreira Machado
Leonardo José Monteiro dos S. Souza	Maria do Carmo de Melo Santos	Priscilla Gonçalves Duarte de Melo	Valéria de Pina Santos
Leonardo Veiga Vieira	Maria do Carmo Veloso da Silveira	Rafael Carneiro Galvão Neto	Valéria Perpétua Evaristo da Costa
Lina Maria Gomes dos Santos	Maria do Rosário Nobre Guaraná	Raíssa Augusta de Freitas Paulo	Valmir Wagner de Freitas Silva
Lívia Eduarda Rocha da Silva	Maria dos Prazeres Ramos da Silva	Ramoquides Luiz de França Júnior	Vicente Luiz Pereira da Silva
Liza Moura de Queiroz Figueiredo	Maria Emília Nunes e Silva Vasconcelos	Raphaela Cunha M. de Barros Caldas	Victor Felix de Oliveira
Lucas Vinicius de Oliveira Rocha	Maria Fernanda Santos Siqueira	Rebeca Mousinho Campos	Wanderley Destefani
Luiz Eduardo de Oliveira de Souza	Maria Helena Vasconcelos Advíncula	Rebeka de Queiroga Maciel	Weliesander da Silva Cruz
Luiz José João de Oliveira	Maria Isabel Freitas da Silva	Rodrigo de Medeiros C. de Lima	Willams Fernandes de Lima
Maiza Fernanda de Freitas	Maria Karla V. D. Pereira da Costa Leite	Rogério Lúcio Barreto dos Passos	Zuleide Barbosa Martins
Marcelle Valença Neves Baptista	Marília Fontes dos Santos	Ronaldo Clovis Cavalcanti	
Márcia Lorena Oliveira da Silva	Mariza Pimentel de Albuquerque Melo	Rosalay Tiago Vasconcelos	
Margareth Guerra de Moura	Mirella Albuquerque Diniz	Rute Vitória Arruda Nogueira	
Maria Adélia Porto Ataíde	Miriam Veras Borba	Sérgio Ricardo Morais de A. França	
Maria Amélia Lemos do Monte Câmara	Mirian Batista Gomes de Fontes	Sophia Rigaud C. Coelho Bezerra	
Maria Cândida N. B. de Melo Vita	Natalie Estrela P. L. O. Jesus	Suzana Rocha Gueiros Neves	



**CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**
COMPROMISSO COM A EFICIÊNCIA



**PODER JUDICIÁRIO
DE PERNAMBUCO**

**CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**
COMPROMISSO COM A EFICIÊNCIA



**PODER JUDICIÁRIO
DE PERNAMBUCO**